

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FERNANDA MATTOS CARPINTEIRO DOS SANTOS

IMPrensa: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO ANARQUISTA

RIO DE JANEIRO
2010

FERNANDA MATTOS CARPINTEIRO DOS SANTOS

IMPrensa: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO ANARQUISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Angela Maria Souza Martins

RIO DE JANEIRO

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FERNANDA MATTOS CARPINTEIRO DOS SANTOS

IMPrensa: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO ANARQUISTA

Aprovado pela Banca Examinadora
Rio de Janeiro, ____/____/____

Professora Dr^a Angela Maria Souza Martins
Orientadora – UNIRIO

Professor Doutor Carlos Henrique de Carvalho
membro externo – UFU

Professora Dr^a Ligia Martha Coimbra da Costa Coelho
membro interno – UNIRIO

Dedico este trabalho a meu marido Marcos que, com amor, companheirismo e dedicação, sempre esteve ao meu lado, me apoiando e encorajando a vencer os obstáculos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com Sua infinita misericórdia, me abençoou e deu forças em todos os momentos.

A minha mãe Rosilene pelo amor, pelos ensinamentos, princípios e valores que fizeram de mim quem sou.

Ao meu marido Marcos, companheiro incansável, pela paciência e incentivo em todos os instantes.

Aos amigos Daniele Teixeira de Carvalho e Jonathan Rezende Bueno por terem, mesmo distante fisicamente, me incentivado com palavras de carinho.

À amiga Mariana Campos Mendes por compartilhar diariamente comigo aflições e alegrias.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Angela Maria Martins, pela compreensão nos momentos de dificuldade e pelas orientações que contribuíram muito para elaboração e aprimoramento desta dissertação.

Aos professores doutores Carlos Henrique de Carvalho e Ligia Martha Coimbra da Costa Coelho por terem gentilmente aceitado fazer parte da banca e pelas valiosas contribuições.

Aos professores do Programa de Mestrado da UNIRIO pelos ensinamentos.

Aos colegas da turma do mestrado, em especial, Robledo Mendes pela ajuda na busca pelas fontes utilizadas neste trabalho.

Ao Marcos Aurelio Santana Rodrigues, do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), pela gentileza com que me recebeu e possibilitou acesso aos jornais.

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação,... São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

(Antonio Nóvoa)

RESUMO

Este estudo analisa a relação existente entre a imprensa e o anarquismo no Brasil e apresenta reflexões sobre o papel assumido pela mesma, bem como suas implicações para a educação anarquista. Para tanto, será focado o período entre 1911 a 1912, por meio da análise do periódico A Guerra Social. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, com a utilização tanto de fontes primárias (jornais), encontradas nos acervos do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e da biblioteca Fábio Luz, como fontes secundárias. As primeiras décadas do século XX foram um período de grande efervescência, em especial no que diz respeito à educação, haja vista a ocorrência de discussões entre as distintas tendências pedagógicas: tradicional, escolanovista e libertária. No início do mencionado século, houve uma maciça divulgação do pensamento anarquista no Brasil. Em virtude disso, a compreensão da dinâmica desse período é fundamental para o entendimento da articulação entre o pensamento pedagógico libertário e a imprensa. O papel educativo desempenhado pelos jornais ácratas foi de extrema importância, principalmente porque possibilitou o desenvolvimento de todo um processo de conscientização, por parte dos trabalhadores, da situação opressora à qual estavam submetidos e a construção da identidade do movimento anarquista brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo, imprensa anarquista, pedagogia libertária, História da Educação.

ABSTRACT

This study examines the relationship between the press and anarchism in Brazil and presents reflections on the role played by the same, and its implications for education anarchist. Therefore, be focused on the period from 1911 to 1912 through the analysis of the journal *The Social War*. The methodology was a literature search, using both primary sources (newspapers), found in the collections of the Archive Memory Workers of Rio de Janeiro (AMORJ) and library Fabio Luz, as secondary sources. The first decades of the twentieth century were a time of great excitement, especially with regard to education, given the occurrence of discussions between the various educational trends: Traditional, New School and libertarian. At the beginning of that century, there was a massive dissemination of anarchist thought in Brazil. As a result, understanding the dynamics of this period is crucial for understanding the relationship between the pedagogical thinking and libertarian press. The educational role played by newspapers *Ácratas* was extremely important, especially because it allowed the development of a process of awareness on the part of workers, the situation of oppression which were under construction and the identity of the anarchist movement in Brazil.

KEY-WORDS: Anarchism, anarchist press, anarchist pedagogy, Educational History.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1- Os meandros da palavra escrita – a grande imprensa e a sua implantação no Brasil	
1.1 A Impressão Régia: tentativas rudimentares	19
1.2 A abertura dos portos e a circulação de novas idéias	22
Capítulo 2- A Imprensa anarquista no Brasil	
2.1 O contexto republicano	33
2.2 O movimento anarquista brasileiro	39
2.3 O periódico <i>A Guerra Social</i>	43
2.3.1 O jornal como “intelectual orgânico”	56
Capítulo 3- O papel educativo da imprensa anarquista	
3.1 O conceito de educação e perspectivas pedagógicas	59
3.2 A pedagogia libertária	62
3.3 O “formal” e o “não-formal” na educação anarquista	70
Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas	83

INTRODUÇÃO

A participação no grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos em Educação Brasileira (NEB), da UNIRIO, proporcionou o contato com as peculiaridades do pensamento pedagógico libertário e com os instrumentos por meio dos quais o mesmo se fez presente e se consolidou ao longo da História. Dentre estes, pode-se dizer que os jornais foram um dos principais.

Vários textos, que abordam a mencionada temática, apontam a importância dos periódicos e sua presença constante em experiências de cunho educativo desenvolvidas pelos anarquistas, como as escolas e os Centros de Estudos Sociais. No entanto, não se encontram trabalhos que reflitam como se processou a relação entre imprensa e educação ácratas. Por isso, sente-se a necessidade de compreendê-la e, por conseguinte, aqui é pensada a maneira como os jornais foram utilizados para educar, bem como as estratégias e os desdobramentos dessa ação educativa.

A relevância da imprensa como objeto de estudo, independentemente da classificação ideológica, é cada vez mais reconhecida no campo acadêmico, pois possibilita o levantamento e a compreensão de singularidades de uma determinada época histórica e de uma localidade. É necessário destacar que o resgate de iniciativas locais propicia a complementação de pesquisas, especialmente em História da Educação, voltadas para os aspectos macro, como bem ressalta Carvalho (2007) ao dizer que este tipo de pesquisa:

[...] possibilita recuperar aspectos pouco considerados pela História da Educação Brasileira, pois por meio de iniciativas desse teor, busca-se preencher algumas lacunas deixadas pelas pesquisas macro-estruturais e, ainda, traz para o cenário histórico agentes sociais antes desconhecidos, passando a valorizar o seu saber e sua vivência.

Trata-se, portanto, de buscar interpretações que valorizam as experiências da atividade humana nos seus aspectos particulares (CARVALHO, 2007, p.49).

Investigar a imprensa anarquista transcende a recuperação de peculiaridades de um determinado período e grupo social, pois permite maior conhecimento e melhor compreensão de vínculos estabelecidos, de pensamentos e discursos que propositalmente foram abafados e silenciados. Assim, permite todo um resgate de uma

proposta diferenciada que até mesmo pode se constituir em uma possibilidade concreta de se modificar o atual estado da sociedade, especialmente por intermédio da educação.

O movimento anarquista do início do século passado era constituído majoritariamente por operários que compunham a grande massa de oprimidos, classificada com termos pejorativos e sempre apontada como causadora de males para a ordem social. Desse modo, ansiosa por mudar sua condição teve a imprensa como grande aliada, mesmo enfrentando muitas dificuldades, como a clandestinidade e a falta de recursos.

Partindo destas considerações iniciais, pretende-se com esta pesquisa analisar a relação existente entre a imprensa e o anarquismo no Brasil, apresentar reflexões sobre o papel assumido pela mesma, bem como suas implicações para a educação anarquista. Para tanto, será enfocado o período entre 1911 e 1912. A escolha deste recorte temporal associa-se ao fato de que representou um período de grande força do anarquismo brasileiro, quando houve a maior circulação de jornais defensores do mesmo. Será pesquisada a edição do jornal *A Guerra Social* ao longo dos anos 1911 e 1912.

A *Guerra Social* teve grande importância no movimento ácrata. As suas publicações contaram com a participação de artigos produzidos por anarquistas de grande expressão, como João Penteado e Enrico Malatesta. Este fato influenciou bastante na seleção deste periódico.

Inicialmente, são feitas algumas breves reflexões históricas que nos encaminham para compreender o cenário político, econômico e social da Primeira República, no Brasil. A passagem do império para a república foi marcada pela formação da oligarquia cafeeira. Neste período, não havia instituições com características republicanas para substituírem as imperiais. Pode-se assinalar que a única exceção eram as Forças Armadas, que estavam articuladas em todo território nacional.

Frente a possível ameaça do retorno dos monarcas ao poder, a burguesia cafeeira passou a apoiar as Forças Armadas, haja vista que, pelo menos teoricamente, elas representavam uma garantia para a manutenção do estado republicano. Em decorrência do apoio recebido, em especial, pelas 'camadas médias', Floriano Peixoto incitou, através da concessão de subsídios, a industrialização e a urbanização.

Na conjuntura supracitada, a burguesia cafeeira deteve a hegemonia política e, como fruto de todo um processo de coerção, se estabeleceu o coronelismo, o qual ganhou ainda mais força com a chamada “política dos governadores”. Este, por sua vez, segundo os relatos históricos, se constituiu em um dos mais representativos fenômenos sociais e políticos da época, sendo até mesmo considerado “formador da base da estrutura do poder no Brasil” (NAGLE, 2001, p.10).

Associado ao panorama político apresentado se observava toda uma movimentação no setor econômico, o qual estava completamente vinculado ao café. A valorização deste produto evidenciou, entre outros aspectos, a dominação de uma classe sobre a própria máquina estatal, bem como de alguns (poucos) estados sobre os demais.

As transformações, no que diz respeito aos âmbitos econômico e político, levaram a inevitáveis alterações referentes ao âmbito social. Estas foram provocadas por vários acontecimentos, sendo a imigração o que mais se destacou.

Com a abolição da escravidão, a vinda de europeus para o Brasil foi bastante incentivada, pois havia a necessidade de mão-de-obra que substituísse a dos escravos. Um fator que contribuiu para viabilizar esta situação foi o fato da Europa, na época, estar passando por sérias dificuldades em termos econômicos. Isto, por sua vez, ocasionou a disponibilização da força de trabalho de um quantitativo significativo de europeus. Sendo assim, é possível dizer que o processo imigratório foi conveniente não só para os brasileiros, mas também para os imigrados.

É mister destacar que quando se fala na relevância do processo imigratório, não se trata do processo em si, mas sim dos desdobramentos proporcionados pelo mesmo. Entre estes se observa o surgimento de novos pensamentos acerca da questão trabalhista, a formação de novas mentalidades e a ocorrência de possibilidades de mudanças efetivas.

Vários imigrantes, segundo Ghiraldelli Junior (1987), haviam participado de movimentos operários na Europa e, portanto, chegavam ao Brasil com uma mentalidade diferenciada. Em virtude disso, tornaram-se, no mencionado período, difusores de ideais contrários à lógica dominante, o que desencadeou o surgimento de movimentos contra-hegemônicos. Isto representou, naquele contexto, uma inovação e, sobretudo, uma grande ousadia, a qual, por conseguinte, era mal vista pelos burgueses, que passaram a agir no sentido de freá-la.

A grande imigração levou ao desenvolvimento do movimento operário, o qual era diretamente influenciado pelas concepções socialistas, sendo que nas duas primeiras décadas do século XX, peculiarmente pelo ideário anarquista (SAVIANI, 2007). A reação, das chamadas “autoridades” às ações protagonizadas pelos referidos trabalhadores foi marcada por um caráter opressor (SODRÉ, 1999). As extradições foram bastante comuns no mencionado período e os motivos que as ‘justificavam’ eram torpes.

Apesar de terem existido publicações anarquistas já no século XIX, foi no início do século seguinte que houve um grande desenvolvimento da imprensa ácrata brasileira, devido, em especial, à profusão de pequenos jornais. Estes atestavam e refletiam as transformações que estavam ocorrendo no mundo e no país, bem como se constituíam no principal mecanismo de expressão do pensamento libertário.

No Brasil, a difusão e as implicações dos ideais educativos libertários foram bastante influenciadas pelas idéias de Ferrer y Guardia que, no início do século XX, na Espanha, deram origem à Escola Moderna. Esta tinha como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento de cidadãos livres e autônomos. Sendo assim, repudiava qualquer interferência de cunho autoritário e confessional na educação.

As mencionadas idéias eram frequentemente veiculadas pelos periódicos e revistas anarquistas. É ilustrativa a passagem do jornal *A Guerra Social*:

É preciso também que a Escola Moderna, destinada a formar cérebros que pensem livremente, consciências rétas e esclarecidas; homens, enfim, conscientes de seus direitos e deveres, não vá confundir-se e misturar-se nas escolas laicizadas, deturpando e transformando as suas superiores qualidades pedagógicas.

Nada de confusões. A Escola Moderna conservada na sua pureza tem de ser o baluarte contra essa organização de preconceitos sociaes que desorientam a evolução da humanidade (ISMAELITA. A Escola Moderna. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 7, 15 de Outubro de 1911).

No centro das atenções dos anarquistas estava a educação. Para eles, esta se expressava por intermédio de uma relação dialética entre a crítica ao modelo educacional conservador e ao desenvolvimento de uma perspectiva educacional centrada na autogestão e na autonomia.

A pedagogia libertária representou, assim, a possibilidade de se superar o conhecimento dogmático defendido pela igreja, bem como o ensino 'classista' burguês, ambos presentes nas escolas da época, que apoiavam e reforçavam o *status quo* e tratavam os discentes como pessoas passivas frente à dinâmica de aprendizagem.

Em virtude do descaso e da falta de interesse do Estado para com a educação popular, constata-se que a mencionada pedagogia ocupou lugar de destaque no processo educativo dos trabalhadores nos anos iniciais do século passado.

O pensamento pedagógico libertário voltava-se não só para uma determinada faixa etária ou classe. Além disso, não ficava restrito à educação formal. Os princípios que o norteavam não suscitavam nenhuma espécie de discriminação/ distinção e não ficavam restritos ao âmbito escolar.

Por isso, pode-se dizer que a pedagogia ácrata representava não só uma forma de se contestar o sistema educativo vigente, mas também um poderoso mecanismo de oposição à ordem societária daquela época. Sendo assim, seus fundamentos permeavam vários outros instrumentos e atividades, destinados à transformação da sociedade.

Os periódicos foram um dos principais veículos de propagação das idéias libertárias, bem como das ações decorrentes das mesmas. Eles estavam presentes em diversos espaços. Seu alcance, por conseguinte, era muito grande e, no tocante à educação, especialmente dos trabalhadores, desempenharam um papel de extrema relevância. Este fato é evidenciado nas palavras de Kassick:

Na escola, os jornais operários serviam de suporte técnico para as salas de aula através de seus artigos, muitos deles contendo a tradução de textos de educadores anarquistas estrangeiros. Deste modo, ao mesmo tempo que forneciam material para análise e estudo dos alunos, divulgavam as idéias anarquistas e as experiências pedagógicas libertárias desenvolvidas em outros países. (KASSICK, 2004, p. 18)

Os textos trabalhados nas aulas representavam, assim, mais do que meros recursos instrucionais, constituindo-se em valiosas fontes para a construção da consciência crítica e revolucionária. Isto porque não falavam de assuntos distantes do cotidiano dos discentes e de seus familiares, mas sim de situações reais, as quais

afetavam diretamente os mesmos. Além disso, incitavam sempre atitudes, transcendendo, desse modo, a discussão puramente teórica.

Como foi dito anteriormente, as bases do pensamento pedagógico libertário ultrapassavam os limites físicos da escola e se faziam presentes em outros ambientes onde estivessem reunidos grupos de pessoas ávidas por mudanças. Neste caso, os jornais representavam também um meio de trocar vivências e idéias.

A reflexão sobre os embates pedagógicos libertário e liberal, especialmente nos anos iniciais da Primeira República, leva à compreensão de que, na proposta de educação anarquista, a práxis se faz presente e é influenciada pela “prática revolucionária”¹.

Um dos grandes ‘obstáculos’ encarados pelos libertários foi o analfabetismo, o qual assolava a maioria dos trabalhadores. Os periódicos foram fundamentais para a modificação desta situação, haja vista que vários indivíduos acabavam sendo alfabetizados por intermédio de sua leitura, a qual era realizada com base na cooperação. Neste contexto, também eram reforçados alguns valores, como os da solidariedade e da coletividade.

Outra peculiaridade a ser abordada no tocante à imprensa libertária é a presença de traduções nos jornais publicados. Estas tiveram grande importância, pois levavam iniciativas bem sucedidas ao conhecimento de muitos indivíduos, inclusive educadores. Dessa maneira, serviam de ‘fonte de inspiração’ para que pudessem ser realizados projetos comprometidos com a transformação social.

A ação direta ², enquanto uma das principais manifestações de luta, é efetivada, primordialmente, por intermédio do processo educativo e da propaganda, ambos interligados pela imprensa. Esta servia não só como veículo de divulgação do pensamento libertário, mas também para congregar indivíduos ao redor do mesmo. A coletividade sempre ganhou um lugar de destaque na pedagogia anarquista, que preconiza a formação de coletivos autodeterminados, baseados na auto-regulação, a qual exige, antes de tudo, compromisso com uma transformação profunda. Este comprometimento só se torna uma realidade a partir de uma consciência revolucionária.

¹ KASSICK, Clovis Nicanor; KASSICK, Neiva Beron. *A Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

² GALLO, Sílvio. *Anarquismo: uma introdução filosófica e política*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

O anarquismo transcende o âmbito da questão ideológica e volta-se para a prática, para o estabelecimento de uma nova sociedade, através de várias iniciativas culturais e educacionais. Sendo assim, ao longo da História, utilizou alguns suportes, já mencionados anteriormente, sendo os periódicos um dos principais. Isto porque, segundo José Damiro³, eles estavam inseridos nos demais.

Os jornais, devido ao seu grande alcance, se tornaram o principal meio de expressão anárquica e, portanto, de favorecimento da educação libertária. Sendo assim, um questionamento se torna imprescindível: qual é e como se desenvolve a relação existente entre a imprensa e a educação numa perspectiva anarquista?

A partir desta questão central, pretende-se alcançar alguns objetivos de cunho geral e específico. Os primeiros são: pesquisar a relação da imprensa com a educação anarquista entre 1900 e 1920 e analisar a importância dos periódicos no processo educativo ácrata. Já os demais consistem em: identificar o papel pedagógico da imprensa dentro do movimento anarquista brasileiro e evidenciar a função de educador dos jornais no movimento libertário brasileiro.

A trajetória metodológica, em todos os processos investigativos, é composta por várias nuances, as quais estão articuladas e devem ser fruto de um planejamento bastante cuidadoso. Uma delas consiste na delimitação do tema. Com relação a isto, é evidente a necessidade de se especificar a temática a ser pesquisada. Isto porque o tema representa uma espécie de eixo norteador de todo o trabalho.

As fontes representam outro 'ponto' de extrema relevância. São vários os referenciais teóricos existentes e, da mesma forma, existem diferentes maneiras de se lidar com os mesmos. No caso da presente investigação, será utilizada a metodologia chamada de pesquisa bibliográfica, de cunho histórico, baseada na análise tanto de fontes primárias (jornais), encontradas nos acervos do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e da biblioteca Fábio Luz, como de fontes secundárias. Em relação às primeiras, cabe ressaltar certa dificuldade encontrada no tocante a localização dos documentos. A leitura e a análise de muitos deles foram bastante dificultadas, devido à precariedade do estado de sua conservação/ digitalização. Este fato exerceu influência direta na seleção do periódico examinado.

³ Artigo disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br.

A partir da elaboração do “estado da arte”, foram identificadas produções acadêmicas a respeito da imprensa libertária, a maioria relacionada às publicações existentes em São Paulo. Nessa oportunidade, sentiu-se a falta de trabalhos sobre publicações do Rio de Janeiro que, no mesmo período histórico, assim como aquele estado, era uma unidade federativa de grande importância. Esta ‘lacuna’ foi um dos mais importantes critérios adotados na escolha do jornal *A Guerra Social*, que se tornou a fonte documental prioritária.

Outros aspectos também foram considerados nesse processo. Um deles diz respeito ao fato deste periódico ser intitulado anarquista, o que não era comum, principalmente em decorrência da repressão existente na época. A luta contra a ordem vigente levou à associação das vertentes socialistas no início do século XX, o que tornou ainda mais complicada a classificação e, portanto, a especificação ideológica dos impressos. Além disso, o expressivo quantitativo de exemplares coletados⁴ e a regularidade da sua publicação⁵ foram fundamentais.

A análise dos referidos documentos foi pautada metodologicamente no levantamento e na análise de escritos⁶ publicados nos números pesquisados desse impresso libertário. Foram privilegiados aqueles que direta e/ou indiretamente abordavam a questão educativa, com foco nas categorias de liberdade, laicidade e autonomia, pois representam os pilares do anarquismo.

Foram trabalhados, predominantemente, teóricos que abordam a temática anarquista, como Edgar Rodrigues, Sílvio Gallo, George Woodcock, José Damiro, Ferrer y Guardia e Clóvis Kassick. Além disso, foram utilizados autores que se dedicam ao estudo da História da Educação e da Imprensa no Brasil. Com relação a esta área do conhecimento, cabe ressaltar os nomes de Nelson Werneck Sodré, Carlos Henrique de Carvalho, Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. Não se pode deixar de mencionar a presença de Antonio Gramsci no referencial teórico desta pesquisa.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, traça-se um histórico da implementação da imprensa no Brasil. Em virtude disso, é feita uma breve síntese

⁴ A pesquisa exploratória feita nos acervos do AMORJ possibilitou a coleta de 32 exemplares ao total.

⁵ Este era um ponto nevrálgico. Em decorrência das dificuldades enfrentadas, a publicação dos periódicos anarquistas era, em sua maioria, irregular. O *A Guerra Social*, ao contrário, manteve regularidade.

⁶ Estes compreendem artigos e notas publicados.

desta implementação até a Primeira República, além de um levantamento dos aspectos social, econômico e político que delinearão o contexto desse período.

O segundo capítulo é destinado à abordagem do surgimento da imprensa anarquista, no Brasil. Nele, é trabalhada a categoria gramsciana de “intelectual orgânico”. As idéias de Gramsci, dentre as presentes nas variadas correntes socialistas, são as que mais se aproximam da perspectiva libertária. O conceito de “intelectual orgânico” é bastante pertinente quando se pesquisa a imprensa, pois esta representa um veículo de comunicação e discussão imprescindível para a formação intelectual dos militantes anarquistas, desde os meados do século XIX. Dessa maneira, articulando o pensamento de Gramsci com as peculiaridades do anarquismo, o jornal pode ser tratado como um “intelectual orgânico”, pois desempenha um papel de fundamental relevância na formação e disseminação do ideário pedagógico ácrata, preconizando o fomento à educação de indivíduos livres e autônomos, desvinculada dos ditames do Estado. Assim, neste trabalho, a imprensa não é utilizada apenas como fonte, mas também como objeto de estudo. Além disso, são trabalhadas questões como a formação da coletividade e da construção da identidade ácrata.

No terceiro capítulo, são tratadas as contribuições pedagógicas dos jornais para o ideário educacional anarquista. Nesta oportunidade, o conceito de educação e a modalidade de educação não-formal ganham destaque.

As considerações finais destinam-se a algumas reflexões do presente trabalho. Nelas, busca-se pensar a importância dos periódicos no desenvolvimento do processo educativo libertário. Cabe ressaltar que as colocações apresentadas certamente não esgotam o assunto, mas sim expressam reflexões sobre uma temática bastante negligenciada, entre outras razões, por ser contrária ao pensamento hegemônico.

CAPÍTULO 1

OS MEANDROS DA PALAVRA ESCRITA – A GRANDE IMPRENSA E A SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

Toda e qualquer Sociedade, onde houver imprensa livre, está em liberdade; que esse Povo vive feliz e deve ter aumento, alegria, segurança e fortuna; se, pelo contrário, aquela Sociedade ou Povo, que tiver imprensa cortada pela censura prévia, presa e sem liberdade, seja debaixo de que pretexto for, é povo escravo, que pouco a pouco há de ser desgraçado e até se reduzir ao mais brutal cativoiro (BARATA apud MOREL. In: MARTINS, 2008, p. 35).

1.1 A Impressão Régia: tentativas rudimentares

A trajetória percorrida pela imprensa brasileira é bastante tortuosa, até mesmo porque está atrelada a questões político-ideológicas, as quais refletem a dinâmica societária de uma determinada época. Falar da veiculação de idéias, por intermédio de jornais ou revistas, requer, por conseguinte, um olhar minucioso direcionado ao contexto circundante, buscando compreendê-lo em sua essência.

No século XVIII, ocorreram tentativas rudimentares de implementação da atividade de imprensa, mas estas não lograram êxito, principalmente em decorrência da maneira como estava estruturada a sociedade colonial. Segundo Sodré:

[...] as condições da colônia constituíam obstáculo mais poderoso ao advento da imprensa do que os impedimentos oficiais que caracterizaram a atitude portuguesa. Claro que estes, na sua vigilância permanente, concorreram também para o retardo com que conhecemos a imprensa. Mas a razão essencial estava nas condições coloniais adversas: o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa. (SODRÉ, 1999, p. 16)

As primeiras tipografias desse período tiveram vida curta, pois os representantes da monarquia trataram logo de extinguí-las, através de mecanismos legais e do uso da força bruta. Dois casos, um em Recife e outro no Rio de Janeiro, foram bastante ilustrativos. O primeiro foi combatido pela Carta Régia de 08 de junho de 1706, a qual

determinou a apreensão de todo material impresso e proibiu a impressão de qualquer espécie de papel. Já o segundo, foi duramente reprimido pela violência. Em ambas situações, era evidente a preocupação da Corte de ter seus interesses contrariados e, por conseguinte, o seu domínio enfraquecido.

Com a vinda da família real portuguesa, o Brasil ‘ganhou’ novos moradores, ilustres, e com eles o surgimento efetivo da imprensa, a partir da criação da chamada Imprensa Régia. Esta se destinava principalmente à elaboração de impressos legais e relacionados à diplomacia. Sendo assim, legitimava o rei e era por ele apoiada.

A Imprensa Régia, segundo Sodré (1999), era administrada por uma comissão de representantes da realeza que, além de gerenciar a execu o dos trabalhos, fiscalizava toda a produ o, a qual não podia, em hipótese alguma, atentar contra os ideais e as conven es ditadas pelo rei, bem como os princípios defendidos pela igreja.

Em setembro de 1808, foi impresso o primeiro jornal no Brasil. Era a Gazeta do Rio de Janeiro. As notícias que veiculava diziam respeito aos acontecimentos ocorridos na Europa e passavam sempre pelo crivo da Corte Real.

A Gazeta representou, segundo Sodré (1999), uma “iniciativa oficial” que caracterizou a fase “proto-histórica” da imprensa brasileira. Este impresso representou, de uma forma geral, uma espécie de ‘muleta’ para a estrutura absolutista em decadência.

O contexto no qual se deu o início da imprensa periódica brasileira   representado por Morel (2008)⁷ no trecho a seguir:

[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de rela es e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo



Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, 1808 - primeiro jornal editado no Brasil.

⁷ MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e direta da imprensa (MOREL. In: MARTINS, 2008, p. 25).

Outro aspecto que merece destaque, nesse contexto, é a influência que a organização da imprensa européia exerceu sobre a brasileira. Isto se deveu em grande parte à circulação de indivíduos, entre estes “o caso dos estudantes brasileiros em Coimbra que circulavam pela Europa ou de emissários enviados pela Coroa portuguesa aos quatro cantos do mundo, sem esquecer comerciantes, traficantes de escravos e navegadores” (MOREL. In: MARTINS, 2008, p. 28).

Dessa forma, os impressos foram, paulatinamente, ganhando espaço e influenciando a realidade circundante, bem como a própria maneira como se processavam as relações interpessoais. A prática da leitura em grupo é um dos exemplos mais significativos desta situação. Sendo assim, as palavras não só ‘traduziam’ idéias e marcavam papéis, mas também a vidas das pessoas.

No século XVIII, ao lado da Gazeta do Rio de Janeiro, circulava na capital federal o Correio Brasiliense, periódico editado em Londres, que tinha como responsável Hipólito da Costa. Este, de acordo com Sodré (1999), decidiu publicar seu jornal em outro país para ‘driblar’ os obstáculos aqui encontrados, ainda mais devido à natureza crítica dos escritos veiculados.

Dado o pioneirismo, cabe ressaltar algumas diferenças entre as publicações supracitadas. Elas atendiam a interesses divergentes. Enquanto a primeira representava a monarquia e suas aspirações, a segunda a criticava, até mesmo porque tinha como influência o pensamento da burguesia da Inglaterra. O Correio procurava retratar a problemática interna do país assumindo, assim, um “caráter doutrinário”⁸. Já a Gazeta, por sua vez, se preocupava somente com a difusão das notícias em si mesmas.

O Correio Brasiliense foi bastante censurado e perseguido até meados da década de vinte do século XIX, quando pôde ser divulgado livremente. Nesta ocasião, sua função

⁸ Expressão utilizada por Nelson Werneck Sodré (1999).

estava bastante mudada, pois já havia perdido um pouco do prestígio que o ineditismo lhe conferia e encontrava maiores dificuldades para acompanhar, à distância, às necessidades e aspirações da população brasileira. Além disso, certos fatos, explicitados a seguir, contribuíram para reforçar essa situação:

[...] a lenta tomada de consciência da necessidade de liquidar o regime de monopólio, e o fato de que a abertura dos portos, em janeiro de 1808, ainda com as limitações do decreto de junho, resolvia o problema. Ora, o *Correio Brasiliense* apareceu com os portos já abertos: a reivindicação fora atendida, e não por força de luta, de conquista, mas por força das circunstâncias. Com a metrópole dominada pelos franceses, era indispensável permitir aos barcos estrangeiros trazer e entregar as mercadorias diretamente na colônia. A classe dominante brasileira, a dos grandes proprietários, a que mais interessada estava no livre comércio, constituía o público potencial do órgão editado em Londres. O mesmo ocorria, e por razões óbvias, com a camada dos comerciantes. E, por outras razões, com a camada média. Aquela classe e estas camadas, entretanto, não eram dadas à doutrinação, à postulação dos problemas, atitudes próprias de uma classe, a burguesia, a rigor, os elementos da camada mercantil, que operavam com a forma pré-capitalista do capital, o capital comercial, haurido na esfera da circulação e não na da produção (SODRÉ, 1999, p.28-29).

Apesar de serem diferentes, na maioria dos aspectos ambos eram avessos a concepções revolucionárias, pois na realidade não almejavam efetivas mudanças na estrutura basilar da organização social e, por conseguinte, na relação de opressão que a caracterizava.

1.2 A abertura dos portos e a circulação de novas idéias

A estrutura palaciana absolutista foi aos poucos ruindo e este declínio implicou a necessidade da monarquia tentar enfraquecer opiniões divergentes. A abertura dos portos representou a circulação clandestina de muitos jornais, o que agravou ainda mais a situação da realeza. Assim, além das idéias do *Correio Brasiliense*, outras passaram a circular entre os brasileiros. Isso levou os dominadores lusitanos a incentivarem novas

formas de divulgação de opiniões. Os folhetins de carácter panfletário foram uma delas. Com estes surgiu um novo papel: o “redator panfletário”⁹, o qual era considerado:

[...] homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É o tipo do escritor patriota, difusor de idéias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações.

Ao contrário do que poderia parecer, tais letrados não tinham exatamente o mesmo perfil dos filósofos iluministas ou dos sábios enciclopedistas do século XVIII, embora invocassem a esses com freqüência.[...] Publicavam livros talvez, mas, sobretudo, impressos de combate imediato, de apoio/ ataque a pessoas e facções e de propagação das “novas idéias”, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formá-los (MOREL. In: MARTINS, 2008, p. 35).

Esse estilo de publicação foi muito marcante, devido à criatividade e à ousadia que explicitava. A linguagem utilizada, bastante persuasiva, era satírica e representava uma dada ideologia.

É em meio a essas publicações que começa a se constituir a opinião pública. Apesar de apresentar diferentes significados e sentidos, cabe destacar que esta expressão:

[...] era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral.

Considera-se, em geral, que opinião pública remete a um vocabulário político que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII (MOREL. In: MARTINS, 2008, p. 33).

Essa questão de representar um interesse geral, tão bem explicitada no trecho destacado, ficava bastante clara na veiculação das publicações da época. Contudo, é preciso atentar para o fato de que, na verdade, a opinião pública assumia duas conotações distintas. Podia resultar das idéias de poucos, considerados “sábios” por terem acesso a estudos acadêmicos ou, em contrapartida, dos interesses da maioria da população, manifestados por intermédio da organização de coletivos sociais.

O primeiro caso servia como mais um mecanismo de dominação, pois quem detinha a ‘caneta’¹⁰ ditava a conduta e os gostos dos demais indivíduos, se ‘prevalecendo’

⁹ Expressão utilizada por Morel (2008).

do conceito de razão, conceito este reducionista, haja vista que era a razão pela razão, algo inquestionável e não um meio de lançar ao mundo um olhar de crítica, com base na cientificidade.

A segunda conotação reflete a existência de iniciativas mais revolucionárias, comprometidas com uma perspectiva de mudança, as quais eram a minoria. Estas não estavam afinadas com a ordem vigente e, por isso, sofriam repressão.

A opinião pública brasileira se firmou mesmo às vésperas do movimento de independência. Este foi permeado por toda uma mudança estrutural pela qual estavam passando Portugal e Espanha. Sendo assim, foi inevitável o reflexo nos territórios sob os quais exerciam domínio. No Brasil, especificamente, dois acontecimentos merecem ser ressaltados: o decreto de setembro de 1820, promulgado pela Junta de Governo da Revolução Constitucional Portuguesa, que estabeleceu a liberdade de imprensa e o decreto de D. João VI, no qual era suspensa temporariamente a censura.

Graças ao primeiro documento legal, foi permitido o trânsito de folhas impressas portuguesas em outros países. Este fato levou D. João VI a assinar, com receio de ter seu poder enfraquecido, a outra lei mencionada. Em decorrência desta, foi suspensa, temporariamente, a censura aos impressos como um todo. Dessa maneira, o Brasil passou a conhecer e acessar mais impressos, o que significava, na realidade, mais idéias e informações.

Apesar do fato mencionado acima ter representado um progresso, a imprensa brasileira enfrentava naquela época um indubitável atraso, o qual se deu devido a “ausência de capitalismo, ausência de burguesia” (SODRÉ, 1999, p. 28), ausências estas que estavam diretamente relacionadas a recursos materiais e às questões a eles relacionadas. O aspecto mais marcante desta fase “proto-histórica”¹¹ foi, sem dúvida, a existência de grandes dificuldades para uma efetiva implementação dos impressos, as quais estavam entremeadas a questões políticas.

No período colonial, vários profissionais, nativos e estrangeiros, participaram da Impressão Régia, conferindo a esta contornos artesanais. É necessário destacar que ela

¹⁰ Faço alusão às pessoas letradas que, naquele contexto (séc. XIX), pertenciam à elite econômica.

¹¹ Expressão utilizada por Sodré (1999).

representava um monopólio, o qual foi cada vez mais onerando aqueles que recorriam à imprensa.

Nesse contexto, não só o cenário sócio-político sofria mudanças, mas também a própria 'identificação' dos intelectuais nele inseridos. Assim, os indivíduos envolvidos com a escrita dos jornais eram denominados de redatores ou gazeteiros (MOREL. In: MARTINS, 2008).

O cerne e a natureza dos escritos veiculados não constituíam uma unicidade, ao contrário, eram um tanto diversificados, como comprova o fragmento a seguir:

Nessa primeira geração da imprensa brasileira não havia incompatibilidade entre o local, o nacional e internacional, nem entre as dimensões opinativas e informativas: o cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar, ao lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais (MOREL. In: MARTINS, 2008, p. 36).

Os periódicos refletiam, na verdade, a inquietação da sociedade que, na época, estava imersa em um panorama de indefinições e buscava constituir sua identidade, tendo como representante uma minoria letrada.

No Brasil colônia, livros e jornais estavam vinculados. Era comum encontrar nos periódicos fragmentos de obras transcritos e, em alguns casos, traduzidos. Desse modo, os periódicos assumiam a função de disseminar e até mesmo facilitar a difusão de idéias, pois nem toda população, infelizmente como nos dias atuais, tinha acesso aos livros, que eram mais caros.

Outro aspecto relativo a essa relação e merecedor de destaque, é a comercialização dos impressos. Nos locais de vendas, além de comprar, as pessoas estreitavam laços e o coletivo ganhava, por conseguinte, força. Desse modo:

[...] Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. E a leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor, embora sua produção impressa fosse monopolizada por um conjunto restrito de redatores heterogêneos (MOREL. In: MARTINS, 2008, p. 39).

Na medida em que a proclamação da independência se aproximava, gradativamente as condições materiais aumentaram em conjunto com a alteração do panorama político. Desse modo, várias tipografias foram sendo inauguradas pelo território brasileiro, dando início a uma certa descentralização da produção das 'letras coloniais'¹². Com isso, as idéias foram se disseminando para além do Rio de Janeiro e Bahia, localidades mais 'importantes' da época.

Nesse contexto, a censura lusitana foi ainda mais ardilosa. Isto porque, apesar de ser facultada a livre expressão, esta não podia ser anônima, conforme destaca o fragmento a seguir:

Entre as Bases da Constituição, entretanto, as Cortes de Lisboa viriam a proclamar a liberdade de imprensa: "A livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar". No Brasil, o efeito imediato foi o Aviso de 28 de agosto: "Tomando S. A. Real em consideração quanto é justo que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores e editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretenderem imprimir: É o mesmo Senhor servido mandar que se não embarasse por pretexto algum a impressão que se fizerem fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto" (SODRÉ, 1999, p.41).

O receio em relação à liberdade de imprensa, segundo Sodré (1999), era característico da classe hegemônica, a qual "empresara a Independência" e, portanto, enveredava todas as suas energias para relacioná-la exclusivamente à desvinculação entre Brasil e Portugal.

Com base no exposto, foi determinada uma espécie de 'protocolo', que devia ser seguido pelos profissionais da imprensa. Desse modo:

Os originais deviam ser assinados e as provas tipográficas submetidas ao procurador da Coroa. Era a censura: a mesma do período joanino. A classe dominante, ao estruturar o seu aparelho de Estado, mostrava que desejava conter a Independência nos limites da preservação dos seus interesses. Tinha a liberdade de imprensa o mesmo conceito que os antigos dominadores metropolitanos. Pretendia manter a estrutura colonial. Mantida essa estrutura, a

¹² Faço alusão aos materiais impressos no período colonial.

liberdade de pensamento não encontraria espaço e condições para existir e desenvolver-se (SODRÉ, 1999, p. 42).

Fica claro que a liberdade propagada não tinha relação com a essência da palavra e, muito menos, com o pensamento libertário, o qual está baseado na liberdade enquanto “princípio básico”¹³.

Na realidade, o que se observava na época era uma pseudoliberalidade, a qual não era construída, mas sim concedida parcialmente por quem detinha o poder e utilizava este como mecanismo de opressão, em prol do atendimento de seus interesses.

Desse modo, no decorrer o processo que culminou na independência, as impressões¹⁴ foram bastante ‘abafadas’. Apesar de existir minimamente o aparato material, o problema era relacionado às questões políticas (SODRÉ, 1999).

A volta da corte às terras portuguesas provocou mudanças no rumo que a imprensa estava tomando até então. Segundo Sodré (1999):

[...] De Lisboa, onde havia surgido pouco antes o avanço do constitucionalismo português – com um avanço correspondente e transitório na colônia – surge agora aquela ameaça de regresso a uma situação que não poderia ser suportada pela classe dominante brasileira: a conquista anterior, que parecia simples dádiva, fica em perigo, e o perigo une. Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar, é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, a sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro marca a evolução dos acontecimentos.[...]
A correlação de forças, agora, não resume o problema no regime de monopólio [...] O divisor deslocou-se – e a favor do Brasil, contra o colonialismo político. O problema é, agora, muito mais profundo: é o problema da Independência. [...] É o momento em que a imprensa, recebendo os reflexos da realidade, influi sobre a realidade, porque atravessa fase de liberdade. Trata-se de liberdade concedida; não de liberdade conquistada (SODRÉ, 1999, p. 45-46).

Nesse contexto, a questão da liberdade estava misturada a da independência, o que logo criou certa confusão. Isto porque, após o 7 de setembro de 1822, ser independente não significou estar livre das amarras monárquicas portuguesas. Em virtude disso, a ‘união’ entre o grupo conservador e o de oposição, até então observada, foi desfeita.

¹³ Expressão utilizada por Gallo (2006).

¹⁴ Refiro-me às publicações da imprensa.

A referida “liberdade concedida” foi confiscada e, por conseguinte, passaram a ser lançados mais uma vez sobre a imprensa os ‘tentáculos’ da censura. Esta situação é explicitada no fragmento a seguir:

O processo da Independência continuava em desenvolvimento. Disso tinha plena consciência a direita: Ledo e Januário, com outros elementos da esquerda daquela fase, foram implacavelmente perseguidos. [...] Haviam cometido o inenunciável crime de confundir o problema da Independência com o problema da liberdade. Eleito para a Constituinte, Ledo não pôde tomar posse, só regressando do exílio em novembro de 1823: mas a Constituinte tinha sido dissolvida e a **imprensa estava novamente sob censura**¹⁵. A direita elaborava a Independência à sua feição, excluindo dela qualquer resquício de liberdade (SODRÉ, 1999, p.57).

Marcado por tensões de várias ordens, o clima estava instaurado e nele foram surgindo vários jornais. Nestes os posicionamentos políticos ficavam sempre explicitados. As perseguições aos opinantes pertencentes ao grupo de oposição foram inúmeras e se prolongaram, mesmo após a proclamação da Independência.

Com a abdicação de D. Pedro I, surge um novo panorama, mais favorável à veiculação das palavras impressas, na medida em que foi dado mais espaço a elas. Dessa forma:

[...] Entre o fechamento da Constituinte e o movimento de Sete de Abril, decorre nova etapa, em que, gradativamente, as liberdades vão sendo reconquistadas, até o episódio da abdicação, quando se abre a etapa libertária por excelência, a do período regencial em que, com um regente eleito e com um legislativo renovado, o problema da liberdade é recolocado e parece preponderar. É, por isso mesmo, período rico, quanto à imprensa, quando aparecem, e proliferam, os periódicos, até aqui mal situados, os jornais de circunstância, de combate, de linguagem virulenta, em que a historiografia oficial tem visto apenas os aspectos negativos, sem sentir neles o fecundo exemplo de sentido libertário e de avanço no esclarecimento da opinião (SODRÉ, 1999, p. 82).

Em relação a esse trecho, cumpre destacar que o vocábulo “libertário” refere-se à contestação da ordem vigente e, portanto, não no sentido filosófico e ideológico. Aliás, é possível observar que algumas interpretações equivocadas surgem do emprego de palavras e expressões no sentido figurado.

¹⁵ Grifo meu.

Como tentativa de sintetizar o panorama no qual a grande imprensa estava inserida até meados do Império, pode-se afirmar, com base em Sodré (1999), que existiram algumas fases, a saber:

O período inteiro, da Independência à Maioridade, compreende duas fases: a que se encerra com o Sete de Abril e a que se encerra com a Maioridade: na primeira, caracteriza-se um período conservador inicial, quando periga a própria Independência, e um período liberal, que leva à abdicação do primeiro imperador; na segundo ao inverso, ocorre um período liberal inicial, a que se segue um período conservador, coroados pelo golpe da Maioridade. Justapostos, como na realidade o foram, os dois períodos liberais representam a continuidade do avanço liberal, quando as forças progressistas do processo da Independência conseguem deter e fazer refluir as forças conservadoras: o ápice é o Sete de Abril e o estabelecimento de um tipo de governo quase republicano, com a supremacia do Legislativo e o regente eleito. Segue-se a retomada de avanço das forças conservadoras, que derrotam as liberais e alcançam a vitória da Maioridade, imediatamente explorada, abrindo a longa fase do Segundo Império [...] (SODRÉ, 1999, p.85).

A ascensão de D. Pedro II deu início a uma nova maneira de imprimir as palavras/ idéias. O Segundo Reinado também foi marcado por alguns episódios. O primeiro destes, de acordo com Martins (2008), vai de 1841 até meados de 1860, com o predomínio de uma fala conservadora e palaciana. Já o segundo (a partir de 1868) foi caracterizado pela reunião de discursos defensores da liberdade religiosa, abolicionistas e republicanos. Apesar disso, neste último havia “reverberações da permanência do regime monárquico” (MARTINS, 2008, p. 47). Desse modo, as letras impressas ganhavam um cunho romântico e patriota.

Um aspecto relevante, que favoreceu bastante a produção de impressos desse período, foi “a postura do monarca, tolerante para com as manifestações irreverentes da imprensa nativa, generoso para com os arroubos de parte de seus súditos, não obstante o caráter centralizador de seu governo [...]” (MARTINS, 2008, p.48).

Mais uma vez, apesar de haver maior ‘abertura’, o que se observava era a associação das atividades dos prelos à política, dessa vez a partidária, a qual estava diretamente vinculada a determinadas famílias. Estas, de um modo geral, utilizavam os impressos para representarem seus ideais, interesses e causas.

O panorama, aparentemente tranquilo, abrigava certa diversidade em termos de publicações, conforme explicitado a seguir:

[...] Há jornais de confronto, fruto da imprensa político-partidária, há panfletários ousados, que sob anonimato denunciam mazelas e propõem rupturas, há denúncias permanentes através da ilustração caricata do cotidiano do cotidiano do Império (MARTINS, 2008, p.49).

Nesse contexto, saltava aos olhos a produção de revistas, as quais estavam voltadas para questões culturais, fazendo, assim, um ‘contraponto’ com os jornais que, por sua vez, dedicavam-se à política (MARTINS, 2008).

Com o decorrer do tempo, os impressos foram assumindo mais uma função, conforme ressaltado pelo trecho abaixo:

A função veiculadora comercial da imprensa foi além da divulgação de negócios, pois desde a década de 1820 figurou como instância oportuna na formação de um mercado de trabalho livre, instrumento valioso para empregado e empregador (MARTINS, 2008, p.55).

Um aspecto interessante de se destacar, em relação à atividade dos prelos, é a questão dos aparatos técnicos. Pouco se avançou durante o Império. Dessa forma, “os primeiros equipamentos de 1808 só seriam substituídos em 1845 por prelo mecânico; em 1877 se reequiparia através de módico investimento, para efetivamente modernizar--se só com a República [...] (MARTINS, 2008, p.57).

A despeito do atraso, a impressão de periódicos cresceu “ao longo do século, registrando-se no Rio de Janeiro uma tipografia em 1808; meia dúzia em 1822; vinte e cinco em 1850; trinta em 1862; um sem-números delas em 1889; quase que uma a cada esquina em 1908” (MARTINS, 2008, p.57). Os locais de impressão quase não se modificaram no mencionado período. A maior concentração permaneceu no Rio de Janeiro.

A relação entre imprensa, academia e literatura também foi intensa, apesar do preconceito ter sido grande. Isto porque os literários não eram muito bem vistos no âmbito político. Em virtude disso, observava-se a utilização de pseudônimos e o uso do artifício do anonimato (MARTINS, 2008).

O ‘gênero pasquineiro’¹⁶ também teve espaço no Segundo Reinado. Em relação à diversidade de impressos, o posicionamento de D. Pedro II era relativamente democrático, uma vez que não reprimia duramente, como em momentos anteriores, os profissionais de imprensa. Ao contrário, considerava normal a existência das diferentes formas de expressão.¹⁷

As caricaturas foram mecanismos utilizados para difundir, com humor, os fatos ocorridos. O grande diferencial neste caso era a facilidade de comunicação, pois os leitores compreendiam mais facilmente a linguagem pictórica. Além disso, a disseminação da mensagem era mais ‘simples’, pois geralmente não esbarrava na censura, devido sua sutileza. As caricaturas foram evoluindo, até que foram publicadas, em 1878, as primeiras fotografias na revista “O Besouro”, fundada por Rafael Bordallo (MARTINS, 2008).

Como maneira de se fomentar maior veiculação dos periódicos, na metade do século XIX, aproximadamente, surgiram os “folhetins de pé de página”¹⁸. Estes, no entanto, não desempenharam esse papel sozinhos. Sendo assim, cabe ressaltar:

Ao lado do folhetim, a crônica e o conto ocuparam as páginas daquela imprensa periódica, gêneros que permitiram ao literato brasileiro colocar-se em letra impressa. Na impossibilidade de editar-se um romance, dada a inexistência de uma editoração nacional, produzia-se o conto, esse sim, com publicação garantida nas revistas (MARTINS, 2008, p.69).



¹⁶ O pasquim era um “jornal de sátira ou panfleto difamador – circulou com estardalhaço na Corte, por iniciativa de figuras polêmicas, que imprimiram outros registros na pauta das informações.” (MARTINS, 2008, p.62).

¹⁷ Martins (2008) ressalta que, para D. Pedro II, “a imprensa se combate com a imprensa” (p.63).

¹⁸ Expressão utilizada por MARTINS (2008). Nos “folhetins de pé de página”, eram publicados textos literários.

No final do século XIX, as questões técnicas relativas à tipografia foram decisivamente impulsionadas pelo advento do telégrafo e do cabo submarino. Segundo Martins (2008):

[...] a otimização técnica advinda da introdução do telégrafo e do cabo submarino passou a dar sustentação à produção do jornal, transformando-o em negócio potencialmente rendoso. A agilização da notícia punha em funcionamento engrenagens do universo econômico agora mais azeitadas, intermediadas por novos profissionais – correspondentes estrangeiros e funcionários de agências de notícias. Junto a isso, imprimia outro ritmo à notícia e à própria escrita, que deveriam ser ágeis, breves, telegráficas “(MARTINS, 2008, p. 71).

As últimas décadas da época retratada foram de grande ‘turbulência’, uma vez que o sistema vigente passou a ser contestado por vários setores da sociedade e isto se refletia na imprensa. As questões religiosa, militar e abolicionista ganharam relevância até que, em 1870, observou-se “o uso exaustivo da imprensa a serviço da propaganda da causa republicana” (MARTINS, 2008, p.73). Sem dúvida, a imprensa influenciou diretamente a abolição da escravatura e a proclamação da república, na medida em que mexeu com a opinião pública.

Em suma, do século XVIII ao fim do XIX, muitos foram os percalços enfrentados pela imprensa. Não há como negar que estes estiveram atrelados a questões de poder e expressaram as problemáticas sócio-econômicas vivenciadas em cada período histórico. Com a república, o cenário ganha outros ‘contornos’ e novos elementos passam a ganhar destaque, como será evidenciado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A IMPRENSA ANARQUISTA NO BRASIL

A rebeldia é a mãe de todo o progresso. A humanidade caminha de rebeldia em rebeldia (GOHIER, Urbain. Seléta Rebelde. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 11, 03 de Fevereiro de 1912).

2.1 O contexto republicano

A proclamação da república suscita, até os dias atuais, alguns questionamentos. “O povo foi realmente participante ativo no movimento que pôs fim à Monarquia? Ou [...] estava sendo admitido numa história em que, na realidade, não entrou e com uma identidade que também não era sua” (ALENCAR, 1996, p.231)?

Apesar de não haver a intenção, neste momento, de fornecer uma resposta única e ‘decisiva’, o fato é que o desenrolar dos acontecimentos mostram que o 15 de novembro de 1889 trouxe consigo algumas mudanças e uma série de contradições. Uma destas, que merece destaque, foi a liderança do governo. Com o término da monarquia, centralizadora e conservadora, assumia a administração do Estado um militar, que recebeu alguns apoios, conforme explicitado no trecho a seguir:

O Governo Provisório da República tinha lideranças militares, como o general Deodoro da Fonseca e o tenente-coronel Benjamin Constant; republicanos históricos do grupo moderado, como Quintino Bocaiúva, Campos Sales e Aristides Lobo; e um político desencantado com a Monarquia e favorável à federação, Rui Barbosa. Nele não havia ninguém que pudesse ser considerado um representante das camadas populares (ALENCAR, 1996, p.231).

Como é possível verificar, a base ideológica do início da República foi um tanto diversificada e logo puderam ser notados confrontos de interesses. O primeiro destes foi entre o Marechal e o segmento dos latifundiários, devido principalmente ao autoritarismo do primeiro. Outra divergência notada foi entre os membros do próprio governo e dizia

respeito às indicações das pessoas para comporem as “juntas governativas nos estados”¹⁹, as quais foram fruto de imposição.

A política adotada por Rui Barbosa, na época ministro da fazenda, para cuidar da questão financeira também se tratou de uma problemática porque:

Para ele, a República só se consolidaria “sobre alicerces seguros quando suas funções se firmassem na democracia do trabalho industrial”. Apoiada pela pequena burguesia urbana, essa política emissionista e de facilitação de créditos para a indústria não seria bem aceita pelas oligarquias dos principais Estados e até por seus colegas de ministério, como Campos Sales, da Justiça [...] Mas o que mais se destacou na política financeira de Rui Barbosa foi a emissão de papel-moeda em larga escala. Essa prática inflacionária era desenvolvida a partir de três zonas bancárias criadas pelo Governo: a norte, sediada em Salvador, a central, sediada na capital federal, e a sul, em Porto Alegre. São Paulo ficava de fora e a burguesia cafeeira não gostou... (ALENCAR, 1996, p.232-233).

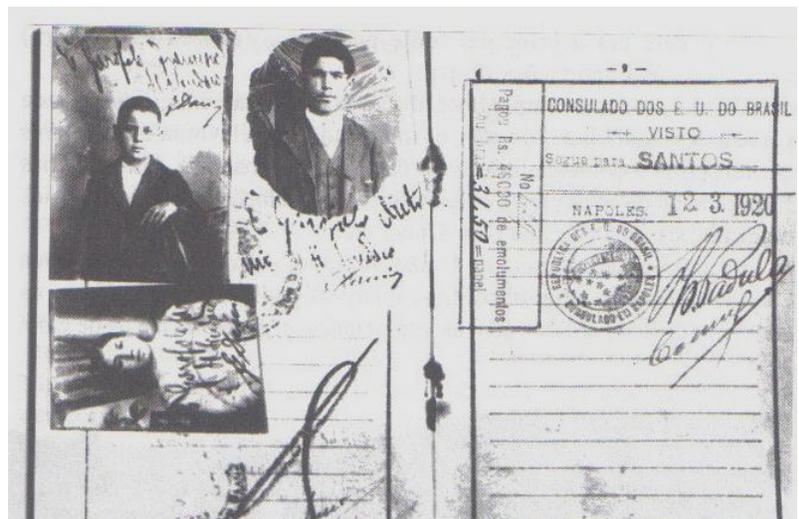
Em meio à crise econômica ocasionada pelas referidas ações, a criação da primeira constituição do país foi outro ‘ponto’ que gerou muitas discordâncias, pois existiam variados projetos, cada um atendendo a interesses de alguns grupos.

Mesmo após a eleição indireta do primeiro presidente e do seu vice, continuaram as crises assistidas desde a Proclamação, até que, em 1891, Deodoro da Fonseca renunciou. Assim, Floriano Peixoto assumiu o poder, recebendo o apoio dos insatisfeitos com o primeiro governante, destituiu os representantes dos Estados defensores de Deodoro e incentivou a industrialização.

Em 1894, foi eleito Prudente de Moraes, primeiro presidente civil. Segundo Alencar (1996), o estabelecimento desse governo não deu conta de acabar com a crise política. O seu mandato foi bastante atribulado. Convém ressaltar que, a partir desse momento, a Primeira República ficou sob o jugo da oligarquia cafeeira.

A supervalorização do café, além de torná-lo elemento propulsor da economia brasileira, alterou o

¹⁹ Expressão utilizada por ALENCAR (1996).



Passaporte de um imigrante italiano, 1920. Alencar (1996).

sistema de produção e, por conseguinte, de trabalho até então observados. Desse modo, foi possível constatar:

[...] o sistema de trabalho implantado nas fazendas de café dava ótimos resultados. A produção, depois da maciça introdução de imigrantes, aumentou tremendamente, chegando a provocar crises de superprodução que exigiram a intervenção do Estado para impedir a derrocada da própria economia cafeeira (ALENCAR, 1996, p.238).

Essas crises se tornaram bastante frequentes e, com elas a situação da mão-de-obra imigrante foi sendo modificada, como mostra o trecho a seguir:

As sucessivas crises do café, os maus tratos dispensados por fazendeiros de mentalidade escravocrata e autoritária ou a proibição de fazerem cultivos intercalados quando a terra estivesse gasta eram fatos que oprimiam os colonos. Às vezes, a situação chegava a tal ponto que os governos europeus tinham que voltar a intervir em defesa dos imigrantes, como fez a Itália, em 1902, proibindo pela segunda vez as migrações para o Brasil. Na segunda década do século, os italianos representavam um terço dos imigrantes, seguidos pelos portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, japoneses e sírio-libaneses. Alguns poucos chegaram a adquirir propriedades. Para isso, porém, tiveram de enfrentar grandes obstáculos, desde o isolamento, que limitava o seu universo cultural, até as formas mais agudas de exploração, como a retenção por dívidas infundáveis e a baixíssima remuneração. Isolados *nel paese della fazenda*, os colonos tendiam a conservar muitos hábitos, costumes e festas de seus países, mas também **consignavam seu protesto através de greves**²⁰[...] (ALENCAR, 1996, p.242-243).

O aumento da imigração foi conveniente para o governo brasileiro. Isto porque com o crescimento da oferta de força de trabalho, era possível reduzir o valor dos salários. Propostas enganadoras, conforme trecho do jornal²¹ a seguir, eram feitas aos trabalhadores estrangeiros:

²⁰ Grifo meu.

²¹ *Spártacus* foi um dos jornais libertários publicados no Rio de Janeiro, cuja circulação foi de agosto de 1919 a janeiro de 1920. A sua edição, de acordo com Ferreira(1978), ficava a cargo de um grupo de editores composto por Salvador Alacid, José Oiticica e Astrojildo Pereira. Existiram, ao todo, 24 exemplares, sendo vinte destes com quatro páginas e o restante com duas. As tiragens eram variáveis. Em alguns meses, são encontrados cinco números, em outros quatro e, no último, dois. Constitui-se, principalmente, em um periódico de denúncia. A maioria dos escritos é referente à opressão vivenciada pelos anarquistas e à questão dos imigrantes.

Lembram-se os leitores de quando o Brasil mandava engajadores á Europa para encaminhar a emigração estrangeira, enganando os trabalhadores com fantásticas promessas? [...]

Lá pelos anos de 1906 e 1913, quando o Rio de Janeiro passou pela remodelação da maioria das suas avenidas, praças e ruas, os trabalhadores estrangeiros eram procurados e valorizados, como factores que são da grandeza deste paiz. O Estado de S. Paulo e outros mantinham agentes especiaes na Itália, Portugal e Hespanha, além de agencias, anexas aos consulados, que eram verdadeiras arapucas armadas á ingenuidade dos operarios emigrantes, onde se expunham grandes cartazes com fotografias sugestivas, representando cafezaes, casas de colonos, etc., para catequizar os trabalhadores estrangeiros e induzi-los a vir para o Brazil, onde havia falta de braços.

Quem tivesse ocasião de ouvir, como nós, as promessas feitas pelos enviados dos fazendeiros e dos industriaes, ficaria acreditando que o Brazil era realmente a terra de promissão... (FERNANDES, Antonio. Nós e os jornalistas burguezes. *Spártacus*. Rio de Janeiro, nº 8, 20 de Setembro de 1919).

Ao chegarem ao Brasil, a maior parte dos imigrantes vivenciou um dia-a-dia bastante 'crítico'. O relato que se segue ilustra bem esta situação:

Chegados aqui, os emigrantes que se destinavam á lavoura eram embarcados em vagões completamente fechados e transportados em trens de gado, que os levava para as fazendas, de onde só saíam quando aprovesse aos "senhores" e ainda endividados, depois de terem gasto o melhor de suas energias (FERNANDES, Antonio. Nós e os jornalistas burguezes. *Spártacus*. Rio de Janeiro, nº 8, 20 de Setembro de 1919).

Diante desse panorama, alguns tentavam novos rumos em outros países, ou se dirigiam para outra cidade, de maior porte, na qual o desenvolvimento industrial já se fazia presente. No entanto, nas localidades em que as plantações de café decaíam, devido às crises e ao desgaste das terras cultivadas, os imigrantes permaneciam como "colonos empobrecidos, assalariados, posseiros ou volantes (trabalhadores sem emprego fixo)" (ALENCAR, 1996, p. 243).

O modelo agrário-exportador teve como 'financiador', ainda no Império, o capital estrangeiro, em especial, o inglês. No início da República Velha, em decorrência da crise que assolava as lavouras de café, começou a se fomentar o desenvolvimento industrial no país. Este, por sua vez, contribuiu sobremaneira para alavancar a urbanização e, por conseguinte, o progresso. Desse modo, houve crescimento do mercado de trabalho nas grandes urbes. Segundo Ghiraldelli Jr:

Com a República o processo de expansão e desenvolvimento das forças produtivas esboçados nos últimos anos do Império não foram estancados. Pelo contrário, com o advento do novo regime as forças produtivas nacionais receberam oxigenação e ganharam ímpeto renovado. A produção do café e de outros produtos tropicais continuou a crescer. As cidades se desenvolveram e o número de elementos das camadas médias e do operariado passou a ser significativo. O censo de 1907, por exemplo, registrou mais de 94 mil operários localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Na verdade, de 1890 a 1907 o proletariado industrial no país triplicou, ultrapassando 150 mil pessoas (KOVAL apud GHIRALDELLI JUNIOR. In: GHIRALDELLI JUNIOR, 1987, p.14).

Em virtude do grande aumento da população, ocorreram problemas referentes à moradia e, atrelados a estes, os relativos à saúde. De acordo com Carvalho (1987):

A “absoluta falta” de casas, especialmente para os pobres, foi salientada em 1892 pela Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, que a atribuía à imigração. A Sociedade solicitava à Inspetoria de Higiene que fosse mais cautelosa ao mandar fechar habitações, pelas conseqüências que a medida poderia acarretar. Os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de epidemias da história das cidades. O ano de 1891 foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose. Nesse ano, a taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível, matando 52 pessoas em cada mil habitantes. Até 1896, a mortalidade permaneceu acima de 35 por mil, com a única exceção de 1893. A cidade tornara-se, sobretudo no verão, um lugar perigoso para viver, tanto para nacionais quanto para estrangeiros (CARVALHO, 1987, p.18-19).

O aspecto econômico, como não poderia deixar de ser, também foi cercado por problemáticas. Como forma de ‘abafar’ de vez a cafeicultura e devido à real necessidade de mais dinheiro para honrar o pagamento de mão-de-obra, houve um aumento significativo da circulação de moeda. Em decorrência disso, observou-se uma política de incentivo à especulação bancária. Com base nisso, a condição especulativa merece destaque:

Concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa [...]. Por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação (CARVALHO, 1987, p.19-20).

Nesse cenário, foram apresentadas uma série de reações e respectivas consequências, sendo as principais assinaladas abaixo:

[...] Durante quase dez anos de República, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do Sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado do café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa (CARVALHO, 1987, p. 31).

Todo esse panorama conturbado passou a ser ‘alvo’ especialmente dos governantes, que passaram a ter a necessidade de extingui-lo, até mesmo para que pudessem se manter no poder e conduzi-lo com maior tranquilidade. Para tanto, a solução encontrada, segundo Carvalho (1987), foi a busca pela neutralização da influência exercida pela capital, o que implicava o fortalecimento das outras unidades federativas, apaziguando e, assim, criando mecanismos para a cooptação das oligarquias.

Como é possível perceber, a Primeira República se desenvolveu em meio a inúmeras agitações e mudanças. A política foi um ponto nevrálgico. A esperança, que a maior parte da população nutria a respeito da participação nos processos decisórios, não se ‘concretizou’, o que levou a formação de vários movimentos sociais, baseados em perspectivas ideológicas distintas.

Sendo assim, é possível afirmar que o cenário republicano açambarcou uma série de ideologias, nenhuma inédita, mas sim originadas na Europa, sendo que “algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo” (CARVALHO, 1987, p.24).

Cabe ressaltar que embora os ideais ácratas tenham vindo ‘de fora’, eles ganharam os ‘contornos’ pertinentes à realidade do Brasil.

2.2 O movimento anarquista brasileiro

A presença dos imigrantes foi essencial para a articulação e desenvolvimento do movimento anarquista brasileiro. Em relação a isso, para que não ocorram interpretações incorretas, é necessária uma observação: boa parte dos operários estrangeiros não chegou ao Brasil 'impregnada', no bom sentido, do ideário anarquista. No entanto, em virtude do grau elevado de desenvolvimento da Europa, no tocante às questões político-sociais, eles vieram com outro entendimento e, portanto, mentalidade, o que sem dúvida ajudou no processo de consolidação das idéias libertárias no âmbito nacional.

Em meio ao caos instaurado, muitos operários passaram a ter simpatia pela vertente anarquista e a tê-la como norte de suas vidas/ações. O dever histórico deixa claro que a imprensa foi um dos meios mais utilizados e eficientes para propagar e reafirmar o pensamento libertário no Brasil. Foram publicados, em especial nos grandes centros, um enorme quantitativo de jornais, que a 'História oficial'²² fez e faz questão de sufocar.

Em relação a essas publicações, é necessário mencionar que o primeiro jornal anarquista publicado no Rio de Janeiro foi *O Despertar*,²³ dirigido pelo imigrante espanhol José Sarmiento. O primeiro número surgiu em novembro de 1898.

A imprensa engloba, em si, inúmeras particularidades fruto dos ideários que as originam. Assim:

[...] é talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais,



Fonte: *O Despertar*. Rio de Janeiro, nº 1, 02 de Novembro de 1898.

²² Faço alusão à História difundida pelos opressores.

²³ A pesquisa exploratória feita nos acervos do AMORJ possibilitou a coleta de três números (1, 3 e 4). Estes são compostos, cada um, por quatro páginas. A edição, segundo Ferreira (1978) ficava sob responsabilidade do Grupo Anarquista Angiolillo.

associações, instituições, etc.) (NÓVOA apud CARVALHO. In: CARVALHO, 2007, p.54).

É inegável sua relevância para o entendimento do processo histórico. No entanto, pesquisá-la requer bastante cuidado, especialmente em termos de tratamento enquanto fonte documental, repleta de características próprias, que necessitam ser evidenciadas.

A elaboração e a divulgação dos impressos ácratas eram instáveis, devido ao enfrentamento de muitas dificuldades financeiras e por causa das intensas perseguições (FERREIRA, 1978).

Foram vários os periódicos anarquistas veiculados durante a Primeira República. Independentemente da linha editorial seguida, eles apresentavam semelhanças no tocante aos aspectos de sua apresentação. As diferenças entre estes e os representativos dos interesses do capital são ‘resumidas’ abaixo:

Até numa visão superficial é perceptível a diferença dos jornais operários²⁴ frente aos outros. Por exemplo, mesmo em se tratando de uma publicação periódica, o tratamento da notícia tem um caráter processual, recuperando e analisando os fatos. Grande parte do espaço era ocupado por textos e conferências, isto é, não se dava somente uma notícia sobre um bom texto ou conferência, mas se reproduzia na íntegra o seu conteúdo. Nota-se, deste modo, do ponto de vista da diagramação, uma nítida preocupação de ocupar todo o espaço. A utilização de charges na primeira página, reproduzindo visualmente o editorial, é outra constante. Além destes elementos, nas primeiras páginas podem ser encontrados manifestos e convocações para assembléias operárias.

O formato do jornal variava de acordo com as condições de papel e máquinas disponíveis, predominando, entretanto, o tablóide.

O número de páginas não era padronizado; pode ser relacionado claramente com os acontecimentos: o conteúdo a ser editado é que determinava a quantidade de páginas. Encontram-se jornais de uma única folha [...].

Do mesmo modo, a periodicidade era determinada pelos acontecimentos. Jornais aparentemente semanais poderiam passar a circular diariamente, se necessário, embora mantendo a numeração regular e o mesmo cabeçalho.

Outro aspecto interessante é a ausência de publicidade. Nos raros casos em que se encontram produtos anunciados, a publicidade aparece acompanhada de recomendações do próprio jornal com relação à utilidade do produto, o que dá um caráter de escolha política. [...]

Outro ponto que chama a atenção: não existia a figura do repórter, do profissional da notícia. Ao invés de o jornal procurar a notícia, esta é que procurava o jornal (FERREIRA, 1978, p. 105-106).

²⁴ A autora ressalta que todos os jornais operários “eram de orientação nitidamente anarquista, ou anarco-sindicalista” (FERREIRA, 1978, p.104).

Essa citação de Ferreira (1978) reflete o embate que existia entre as bases ideológicas dos meios de comunicação. No caso dos divulgadores libertários, é notória também a relação e o compromisso mantidos com a realidade.

Entre os jornais operários, também havia uma diferenciação relativa à orientação ideológica, o que refletia, na verdade, as variações existentes dentro do movimento socialista. No caso desta pesquisa, se faz necessário esclarecer as diferenças existentes entre dois grupos: anarquistas e anarco-sindicalistas.

O anarco-sindicalismo diferenciava-se substancialmente do anarquismo.[...] O anarco-sindicalismo, muito influenciado pela prática do sindicalismo revolucionário francês, enfatizava a importância dos sindicatos não só na derrubada do Estado e da sociedade capitalista, mas também na construção da nova sociedade. O anarco-sindicalismo opunha-se às sociedades de mútuo-socorro e às cooperativas, porém condenava igualmente os partidos políticos. O sindicato e as federações de sindicatos eram a base de tudo. As greves por questões econômicas eram preferidas às greves políticas. O inimigo comum, no entanto, permanecia o mesmo que o do anarquismo, ou seja, a tríade composta por Igreja, Estado e Capitalismo (PINHEIRO apud GHIRALDELLI JUNIOR. In: GHIRALDELLI JUNIOR, 1987, p.67).

Apesar de existirem diferenças, estas não enfraqueceram as atividades desempenhadas em prol da revolução social. Ao contrário, levaram a intensos debates que, extrapolando o âmbito popular, acabaram atraindo e ‘cooptando’, “para o interior do Movimento Operário pessoas ligadas às camadas dominantes, como o caso de José Oiticica e Fábio Luz” (GHIRALDELLI JUNIOR, 1987, p.71).

As ações humanas, independentemente do local e do tempo em que se processam, são provenientes de uma visão de mundo, a qual não é imparcial. Seria bastante ingênuo dizer ou defender o contrário, o que não se pretende com este trabalho. No entanto, é incontestável que os escritos libertários provinham do povo e para este retornavam, sempre em busca da transformação e da consequente melhoria social.

É interessante que, apesar do vínculo com a prática, os periódicos anarquistas mantinham ligação com bases teóricas. Sendo assim, não defendiam o atavismo, como talvez alguns pensem. Ao contrário, ao estabelecerem a referida ligação, utilizavam a práxis como instrumento impulsionador de todo um movimento a favor do bem estar coletivo.

A referência feita, com frequência, às ações anarquistas, nacionais e/ou internacionais, chama a atenção. Percebe-se que o intuito principal era servir como fonte de aprendizado e inspiração, o que fica evidenciado a seguir:

Esta luta formidável das duas classes no México é o primeiro acto da grande tragédia universal que, bem depressa, terá por cenário a superfície de todo planeta e cujo acto final será o triumpho da formula generosa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, que as revoluções políticas da burguezia não poderam crystalizar em factos porque não se atreveram a fazer em pedaços a espinha dorsal da tyrannia: capitalismo e autoritarismo (MAGON, Ricardo Flores; ARAUJO, Antonio de P.; RIVERA, Librado; FIGUEROA, Anselmo L.; MAGON, Enrique flores. Em marcha para a anarquia. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 1, 26 de Junho de 1911).

Dessa maneira, ao buscarem dar visibilidade às ações ácratas, mostravam também para os leitores que, apesar da repressão sofrida, o anarquismo ganhava força como um caminho viável para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

2.3 O periódico A Guerra Social



Fonte: AMORJ.

A imagem acima retrata a página inicial do primeiro exemplar do jornal *A Guerra Social*, publicado em 29 de junho de 1911, cuja análise, conforme mencionado na introdução será, privilegiada. Antes mesmo de analisá-lo efetivamente, cabe tecer alguns comentários. O primeiro deles é acerca do desenho veiculado, chamado de “cortando o

mal pela raiz”. Trata-se de um homem com uma foice nas mãos, sendo esta a representação da anarquia. Os galhos da árvore representam os males existentes na sociedade, já enraizados, que devem ser extirpados, como exemplo, a religião, o ensino viciado, a imprensa mercenária, a opressão e a política. Esta gravura é muito interessante, pois consegue sintetizar os ‘aspectos’ contra os quais lutou o movimento libertário, tendo a imprensa como um dos principais instrumentos. O texto que o complementa é também bastante esclarecedor e evidencia a função do próprio periódico nessa luta.

Nesse primeiro número, são anunciadas, logo no início, as pretensões do periódico. Nestas estão contidos vários de seus componentes caracterizadores.

É hábito, sempre que se apresenta ou recommenda um jornal, dizer o que elle vem defender.

Mais uma vez, portanto, teremos ocasião para repetir, em linhas geraes, o nosso programma, repetição que, até certo ponto, não deixa de construir um dos bons elementos de propaganda.

A Guerra Social vem combater toda a forma de autoridade, de exploração, de fanatismo religioso.

Combatemos pela anarquia e como anarquistas queremos a socialização da propriedade [...].

A Guerra Social vem agitar a questão social entre os desherdados do patrimônio universal, vem lutar pela emancipação dos tyranizados de sempre. [...]

A expropriação da burguezia é um acto de justiça, porque a riqueza que ella detém nas suas garras é o resultado da exploração do esforço quotidiano do trabalhador.

A terra e os instrumentos de trabalho devem pertencer a todos e a cada um dos membros da comunidade humana.

A Guerra Social sendo um centro de irradiação revolucionária, combaterá o parlamentarismo, assim como todos os palliativos políticos e associativos que aniquilam no povo as suas melhores energias, levando-os a esperar de terceiros aquillo que não lhes podem dar e que elle deve conquistar directamente, com o seu próprio esforço.

[...]

Como internacionalistas, combateremos na *Guerra Social* o patriotismo que prende a humanidade entre as fronteiras artificiaes de agora, permitindo a existencia desse monstro que se chama a guerra.

Queremos uma pátria grande, unica, onde todos os homens sejam irmãos, vivem em paz e trabalhem pelo bem geral. E, sendo o militarismo um defensor das fronteiras e, ao mesmo tempo, o sustentáculo da burguezia, que elle mantém á custa do sacrificio do povo, *A Guerra Social* lhe dará treguas, pregando incessantemente o antimilitarismo.

Trabalhadores! povo! O vós todos que soffreis as conseqüências desta sociedade feita de tyrania e de exploração! Nella só tereis a perder os farrapos que vos cobrem e a conquistar uma vida plena e feliz!

Vinde lutar comnosco para á conquista de um mundo novo! vinde trabalhar pela Anarquia! (Editorial. Surgindo para o anarquismo. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 1, 29 de Junho de 1911).

A linguagem utilizada, como é possível notar, é bastante direta. A objetividade dos discursos era coerente com a idéia de ação²⁵, amplamente divulgada. Arriscaria dizer que essa se tratava de uma estratégia de convencimento e conscientização. Em meio a um contexto extremamente conturbado, como foram as décadas iniciais da República, a convicção no modo de se colocar era essencial. Assim, os libertários investiam pesadamente nisso, buscando lutar contra as artimanhas do capitalismo e de seus mecanismos de defesa.

No que diz respeito à diagramação, os números do *A Guerra Social* eram constituídos por cinco colunas, predominantemente de textos. A presença de ilustrações era uma constante e servia não só para ratificar as mensagens textuais, mas também para veicular outras idéias, ‘apelando’ para o estímulo visual. Com isso, o espaço era não só totalmente utilizado, como mencionado anteriormente na citação de Ferreira (1978), mas também otimizado.

A ausência da figura do repórter (FERREIRA,1978) fazia com que os impressos fossem utilizados para estimular a participação das pessoas, por intermédio do envio de matérias/artigos.

Nós queremos que *A Guerra Social* seja um jornal de actualidade, vigorosamente, combativo; mas, para isso, é necessario que os nossos amigos, que nos auxiliam com a sua collaboração, escrevam sobre assuntos do momento, evitando mandar-nos artigos sobre divagações doutrinarias que, accumulados, tirariam ao jornal todo character de virilidade que nós o queremos dar.

Não nos faltam factos da vida pública para commentar. Pois bem: façamol-os passar pelo prisma das nossas ideias, concretizemos com elles os nossos argumentos, por que assim seremos mais facilmente comprehendidos pelos que nos lêem, tornando-se mais fecunda a nossa obra.

Não queremos dizer com isto que o nosso jornal desdenhe a parte doutrinária, não; todavia, disto só publicaremos o que fôr muito bom para o que temos fontes inexgotaveis nos escriptos já publicados. Quasi sempre é preferível uma boa transcripção a um original que não preenche cabalmente os seus fins. (Aos nossos collaboradores. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 1, 29 de Junho de 1911).

²⁵ Faço alusão à ação direta.

Na tabela abaixo, são descritos aspectos referentes aos exemplares do referido periódico:

Tabela 1: Ficha descritiva do jornal *A Guerra Social* (1911-1912)

PRIMEIRO NÚMERO	29 de junho de 1911, quinta-feira (Anno I, n.1).
PERIODICIDADE	Diversificada. Em alguns meses, foi publicado apenas um número, enquanto que em outros, foram impressos três e quatro exemplares.
GRUPO EDITORIAL	Salvador Alacid, Maximo Soares, Luiz França, Manuel Gonçalves de Oliveira, José Rodrigues e João Arzua.
ADMINISTRAÇÃO	Salvador Alacid, Maximo Soares, Luiz França, Manuel Gonçalves de Oliveira, José Rodrigues e João Arzua ²⁶ .
ENDEREÇOS DA REDAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO	Do número 01 ao 10 - Rua/Travessa ²⁷ Dias da Costa, 9; Número 11 – Rua do Senado, 190; Do número 12 ao 22 – Rua do Senado, 196; Do número 23 ao 32 – Rua da Alfândega, 182, sobrado.
NÚMEROS DE PÁGINAS	04 páginas.
CIRCULAÇÃO	1911 – 1912
LINHA EDITORIAL	Difusão dos ideais libertários, denúncia dos excessos da burguesia, divulgação das experiências/ações libertárias ocorridas em âmbito nacional e internacional.
NÚMEROS ENCONTRADOS	Jun. 1911 (número 1), jul. 1911 (número 2), ago. 1911 (números 3 e 4), set. 1911 (números 5 e 6), out. 1911 (número 7), nov. 1911 (números 8 e 9), jan. 1912 (número 10), fev. 1912 (números 11 a 14), mar. 1912 (números 15 a 18), abr. 1912 (números 19 a 21), maio 1912 (número 22), ago. 1912 (números 23 a 25), set. 1912 (números 26 a 29), out. (números 30 a 32).
TOTAL	32 exemplares

Fonte: AMORJ.

²⁶ No editorial do primeiro número diz que a administração é feita por esse grupo. No entanto, no cabeçalho das publicações consta somente o nome de João Arzua.

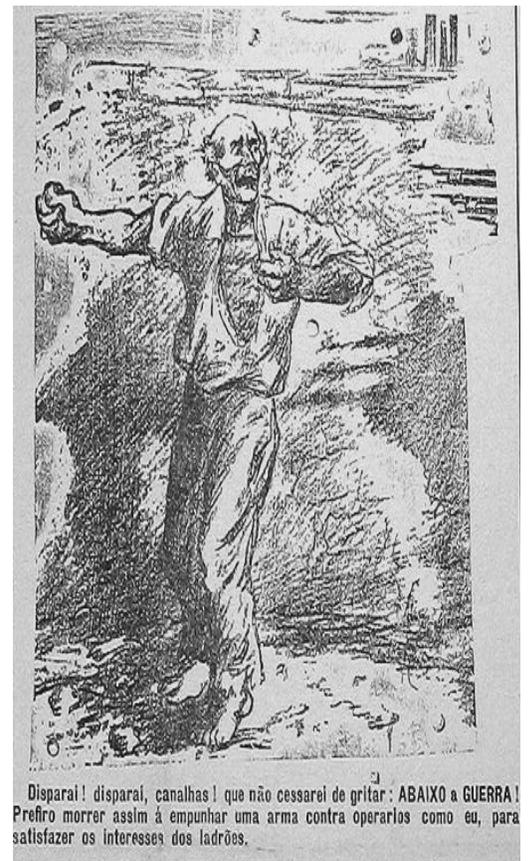
²⁷ No número 1, consta como rua. Nos demais, como travessa.

A *Guerra Social* era mantido através das contribuições²⁸ de ‘partidários’ do movimento anarquista. Em seus exemplares, eram publicados ‘balancetes’ descritivos, dando visibilidade aos leitores da situação financeira do periódico.

A preocupação com a educação, desde a mais tenra idade, já se fez presente na primeira publicação, em um espaço denominado “o cantinho das crianças”. Este é composto por três pequenos diálogos entre uma criança e sua mãe, um senhor chamado João e seu pai, respectivamente. No primeiro, a temática é Deus, no segundo é a guerra e, no terceiro, a pátria. Em todos, é perceptível a maneira diferenciada como se concebe e trata a infância. A criança é ouvida e não ‘infantilizada’. Ela obtém respostas para seus questionamentos e assim vai desenvolvendo a capacidade crítico-reflexiva. Para exemplificar:

- Sr. João, para que servem os soldados?
- Para fazer a guerra.
- E que é que se faz na guerra?
- Ora essa!...Mata-se.
- Então aquela gente toda é só para matar?
- É.
- Pois então o senhor fique com sua espingarda, que eu nem brincando quero ser soldado. (PASSAMONTE, Genesillo de. Coisas de Nhônhô. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 1, 29 de Junho de 1911).

A leitura desse fragmento e a imagem ao lado fornecem indícios que ajudam a desconstruir algumas crenças equivocadas a respeito dos anarquistas. A criança, ao saber que o soldado tem a função de matar, se recusa até mesmo a brincar como ele. A mensagem divulgada é contrária ao caráter violento muitas vezes atribuído aos libertários. Levando em consideração que é destinado para o público infantil, é possível afirmar que há a intenção de contribuir, desde cedo, para a formação de homens pacíficos²⁹.



Fonte: *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 8, 05 de Novembro de 1911.

²⁸ É interessante relatar que estas eram tratadas como “munições”.

A distribuição e a venda do periódico eram diferenciadas. Estas eram feitas pelos próprios militantes/'simpatizantes' do movimento anarquista, a partir do recebimento de "pacotes"³⁰, nos quais havia vários exemplares. A citação abaixo é bastante ilustrativa:

A vida de um periódico depende da boa ordem da sua administração. E esse serviço, como todos os mais, é feito nos nossos jornaes, por trabalhadores, depois do dia passado na officina. Tem, pois que ser breve e simples. Para isso todos devem contribuir. E tu também.

Receberás hoje um pacote do periódico. Verifiques o numero de exemplares que tens a possibilidade de vender ou distribuir e escreva-nos antes do aparecimento do proximo numero. E todos os meses, sem esperar que te escrevamos, envie-nos o seu produto.

Contribuirás assim para a vida do jornal. Serás um seu amigo. [...] (Avizo importante. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 14, 28 de Fevereiro de 1912).

O apelo contido nesse trecho é encontrado em outros números, o que confirma a importância da coletividade e, por conseguinte, da solidariedade que lhe serve de base, no processo de ratificação e divulgação do pensamento libertário.

"A prática de luta anarquista é a ação direta" (GALLO, 2006, p.37). Esta, por sua vez, é constituída, primordialmente, pelo processo educativo e pela propaganda, ambos interligados pela imprensa. Esta servia não só como veículo de divulgação do pensamento libertário, mas também para congregar indivíduos ao redor do mesmo.

Havia particularidades envolvendo a maneira de se propagandear idéias e ações. Esta, conforme relato publicado no próprio *A Guerra Social*³¹, deveria ser praticada por um membro do próprio movimento operário, pois só pertencendo a ele, salvo exceção referente a pessoas mais instruídas e com maior capacidade de abstração, seria possível compreender efetivamente os valores/princípios defendidos e ser um anarquista de fato. Outro detalhe, merecedor de comentário, era a "propaganda através da ação"³². Esta se dava na medida em que ocorriam as ações, ou seja, ao agirem os componentes do movimento divulgavam o pensamento e metodologia libertários, atraindo, portanto, mais adeptos (GALLO, 2006). Observa-se com isso, que os anarquistas estavam constantemente lutando por seus ideais, dando suas vidas como exemplo, o que conferia

²⁹ Voltados para a promoção da paz.

³⁰ Termo utilizado no jornal *A Guerra Social*.

³¹ MALATESTA, Enrico. O princípio da organização. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 6, 27 de Setembro de 1911.

³² Expressão utilizada por Gallo (2006).

ainda mais credibilidade ao grupo. Com base nisso, eram feitas, constantemente, solicitações como:

Fazemos um vivo apelo aos grupos de propaganda anarquista para que nos enviem sempre notícias das suas deliberações e iniciativas afim de serem inseridas nesta secção.

É este um bom meio de tornar conhecida a nossa propaganda, ao mesmo tempo que serve de estímulo para novas iniciativas (Pelo campo anarquista: aos grupos anarquistas. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 8, 05 de Novembro de 1911).

A coletividade sempre ganhou um lugar de destaque na pedagogia anarquista, que preconiza a formação de coletivos autodeterminados, baseados na auto-regulação, a qual exige, antes de tudo, compromisso com uma transformação profunda. Este comprometimento só se torna uma realidade a partir de uma consciência revolucionária.

A constituição de coletivos era vista pelos anarquistas como:

[...] necessidade inerente á sociedade humana, e que por nós deve ser considerada como uma questão de princípio. E achamos que, longe de haver contradição entre a idéa anarquista e a idéa de organização, a anarquia não pode existir, não pode conceber-se senão como a organização livre, feita pelos próprios interessados, de todos os interesses comuns. [...]

Será preciso demonstrar que foi sómente graças ao contato e á cooperação com os outros homens que o homem pode sair da animalidade e chegar pouco a pouco ao grande desenvolvimento em que se encontra? Que só tirando proveito do trabalho e das idéias de todos, pode o indivíduo humano satisfazer ás suas necessidades materiaes e Moraes e avançar na via do progresso? [...]

Viver insulado, ou unido aos outros apenas mecanicamente, é impossível. O orgam que para funcionar segundo as suas tendências renunciasse á organização, cessaria de ezercer qualquer função orgânica – morreria (MALATESTA, Enrico. O princípio da organização. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 6, 27 de Setembro de 1911).

A associação dos indivíduos, conforme bem retratada no fragmento acima, não se processa de forma automatizada e inconsciente, como para o capitalismo, mas sim a partir de todo um trabalho de conscientização e de construção da identidade ácrata. Essas relações se constituíram na base sobre a qual se alicerçaram as ações libertárias.

Inicialmente, as associações foram constituídas “em torno de profissões mais ou menos idênticas” (FERREIRA, 1978). A mola propulsora dessas ligas³³ era a resistência à exploração sofrida pelos operários. O seu valor para o movimento libertário era incontestável.

A fundação destes centros reveste-se de singular importância porque foi a partir destes núcleos que se desenvolveu toda uma atividade, política e social, cujo objetivo era elevar a situação da classe trabalhadora. Na verdade, as sedes das <<ligas>> e <<uniões>> foram verdadeiros centros irradiadores de cultura operária. Os imigrantes fundaram em cada associação escolas para alfabetização de adultos e escolas modernas para os filhos dos operários. O que eles chamavam de <<escolas modernas>> era o que estava sendo colocado em prática na Espanha pelo educador Francisco Ferrer y Guardia, um tipo de educação totalmente desvinculado da tradição católica³⁴ [...] Este tipo de ensino proliferou em todas as associações da época (FERREIRA, 1978, p.57).

O analfabetismo era um dos grandes problemas enfrentados no período estudado. O professor Carlos de Carvalho (2007) alerta sobre essa questão:

[...] Com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares e fundamentais de leitura, escrita e cálculo tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade (CARVALHO, 2007, p.33).

Os índices alarmantes, apresentados a seguir, mostram o quantitativo de analfabetos no Brasil:

³³ Este termo, assim como a palavra “uniões” eram bastante utilizados para designar as associações formadas pelos libertários.

³⁴ Importante destacar a educação defendida pelos anarquistas era não só desvinculada da questão religiosa, mas também do estado.

Tabela 2: Índice de escolaridade do Censo de 1920³⁵

ESTADOS	POPULAÇÃO	ANALFABETOS	%
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,2
Bahia	3.334.465	2.720.990	83,7
Ceará	537.135	1.073.262	81,3
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,6
Espírito Santo	457.328	349.400	76,4
Goias	511.919	433.339	84,6
Maranhão	874.337	735.906	84,1
Mato Grosso	246.612	174.819	70,8
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	71,9
Paraíba	961.106	834.155	86,7
Paraná	685.711	492.512	71,9
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,1
Piauí	609.003	536.061	86
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,2
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,1
Santa Catarina	668.743	471.342	70,4
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,1
Sergipe	477.064	397.429	83,2
Território do Acre	92.379	64.881	70,2
BRASIL	30.635.605	23.142.248	75,5

Fonte: IBGE (Recenseamento de 1920).

Essa problemática foi tratada de diferentes maneiras. Os republicanos investiram na realização de reformas educacionais, que sempre estiveram sujeitas às mudanças de

³⁵ Quadro extraído de CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa: As influências do Positivismo na Concepção de Educação do Professor Honorio Guimarães*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

governo (CARVALHO, 2007). Já os libertários, por sua vez, lançando mão dos coletivos, como os centros de estudos sociais³⁶, organizavam:

[...] sessões de leitura e discussão das obras consideradas importantes na conscientização dos associados. Muitas vezes a tradução destas obras e sua explicação, de forma mais didática, apareciam em capítulos nos **jornais**³⁷ da entidade. Para facilitar esse trabalho de politização [...] publicava uma quantidade significativa de folhetos e pequenos trabalhos, onde procurava de maneira mais simples possível – dentro dos códigos culturais dos receptores – formar no meio operário os rudimentos de consciência de classe (FERREIRA, 1978, p. 61).

Como se pode observar, a imprensa foi uma grande aliada contra o analfabetismo com o qual se deparava o grupo dos anarquistas que, na verdade, era um dos mais afetados, haja vista sua constituição³⁸. É possível afirmar até mesmo que essa luta era um dos principais objetivos das associações (FERREIRA, 1978).

A questão feminina também era tratada diferenciadamente. Segundo Rago (1985), “várias vozes se levantaram entre os libertários, defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la da importância de sua libertação numa sociedade machista e opressora [...]” (RAGO, 1985, p.62). A abordagem de temáticas como o amor livre, explicitava bem esse ‘novo’³⁹ tratamento.

Na sociedade atual, as uniões sexuais baseiam-se mais em motivos economicos do que no verdadeiro carinho; esta é uma das causas pela qual, ao cabo do pouquíssimo tempo, os conjujes se detestam e se tornam reciprocamente detestaveis, sobretudo se sobrevierem sezenganos apoz as suas << esperanças>>.

Nos próprios matrimonios em que o amor teve a sua parte, vem a educação e as preocupações misturar-lhes sentimentos de discórdia.

[...]

Alguns admitem tudo isto, mas pretendem que na sociedade atual o matrimonio é uma garantia para a mulher. Puro erro! São os homens quem fazem as leis, e não se esquecem de fazel-as em proveito próprio.

³⁶ É interessante mencionar que nestes centros eram ministrados cursos, segundo duas perspectivas: uma mais ‘básica’ e informativa, voltada a conscientizar os operários de sua condição e para ‘instrumentalizá-los’ contra a lógica opressora e a outra, em um nível mais elevado, destinada à constituição de lideranças (FERREIRA, 1978).

³⁷ Grifo meu.

³⁸ Estudos demonstram que o processo de alfabetização dos operários contava com um complicador: cansaço. Este era decorrente das vergonhosas jornadas de trabalho. Ferreira (1978), citando o imigrante Carlos Escobar, aponta que os trabalhadores cumpriam 12 horas de expediente por dia.

³⁹ A palavra ‘novo’ é utilizada com o intuito de evidenciar que o tratamento dado, pelos libertários, às mulheres e a tudo que lhes dizia respeito era diferente do conferido pela sociedade em geral.

A mulher rica, essa esta emancipada, encontra protecção na lei, pode tornar-se livre. O dinheiro é o grande libertador na sociedade atual. Mas o matrimonio legal não oferece á mulher proletária sinão garantias iluzorias contra o homem que a abandone com os seus pequerruchos. [...]

A mulher proletária, da mesma fórmula que o trabalhador, só póde emancipar se pela revolução social. Quem lhe fizer esperar a sua emancipação da sociedade atual, engana se descaradamente. Considerada uma zolta⁴⁰ pelo homem e pela lei, é preciso que também conquiste a liberdade por sua vontade; mas não o conseguirá sinão associando-se com aqueles que ambicionam a emancipação de todos os seres humanos, sem distinção de sexo nem de raça (GRAVE, João. Amor livre. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 28, 21 de Setembro de 1912).

A participação das mulheres a favor da transformação da organização societária foi observada e divulgada pela imprensa, como na criação de escolas.

A Sociedade Feminina de Educação Moderna realiza, no dia 4, no Salão Germania, uma festa de propaganda em benefício da sua primeira escola, montada no bairro do Braz.

Serão representadas a comedia em um acto *La Santa Religione e La Conquista dell'Avvenire* de Pedro Gori (Festa feminina. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 8, 05 de Novembro de 1911).

A educação, seja de qual tipo for⁴¹, era sem dúvida um poderoso veículo de emancipação, principalmente da figura feminina, não somente no que diz respeito diretamente a esta, mas até mesmo no tocante aos seus filhos (RAGO, 1985). Desse modo, as mulheres passam a interferir diretamente no processo de formação de novas mentalidades, livres e autônomas.

A análise dos números do *A Guerra Social* leva à constatação de que vários artigos se prolongavam para a edição seguinte. Havia continuação do pensamento de alguns articulistas⁴².

O combate à influência religiosa era efetuado de variadas formas, entre estas a divulgação dos horários de “palestras”⁴³ promovidas pela “liga anticlerical”⁴⁴. Estas eram realizadas no período noturno, na sede da liga e sempre eram acompanhadas por um

⁴⁰ Este termo não estava muito legível no documento original.

⁴¹ Faço referência aos tipos: formal, não formal e informal.

⁴² São alguns exemplos: “O principio da organização”, escrito por Enrico Malatesta (números 6 e 7); “O direito humano de reivindicar” de Carlos Dias (números 6 e 8); “Bonzos e Satrapas” de José Martins (números 11, 12, 15, 17, 18, 20, 26,); “O valor da ação operaria” de Neno Vasco (números 28, 29, 30).

⁴³ Denominação presentes nos anúncios. Cabe ressaltar que não foi feito nenhum tipo de ‘juízo’ pedagógico a respeito do emprego deste vocábulo.

⁴⁴ Presentes nos exemplares números 18, 19, 20, 21, 22.

“programa”, com exceção da primeira iniciativa, constituído por uma série de atividades, como peças teatrais, conferências e bailes. Dessa maneira, ‘conjugavam’ questão educativa e lazer. Outra forma combativa era a denúncia feita em algumas matérias, como a representada a seguir:

O jesuíta é uma animal perigozo que aí anda de ventas para ao ar a farejar buracos onde enfiar a focinheira de oportunista velhaco...

E até aquele exemplar refinado de trampolineiro que foi o santíssimo Papa Leão XIII, lá da sua dourada cadeira do Vaticano, despejou, em tempos bulas metidas a doutrineiras socialistas, intrometendo-se em movimentos operários, incitando os catolicos a arrejentarem-se em organizações reivindicadoras.

Nesse sentido estampou a famosa *Gazeta do Povo* um artigo puxado a sustância, debaixo deste titulo vermelho: <<A Revolução Social>>.

Os homenzinhos de tal *Gazeta* não dizem nada, no fim de contas. Aliaz, sobresaem-se pelo modo grave como sabem amontoar asneiro-las.

Dizem, por exemplo, que é <<a propriedade, um dos fundamentos da ordem social...>> E dessa maneira querem fazer socialismos! O operario deve tomar nota no empuste que esses batinas lugubres vão preparando. São uns canalhas, que se agarram a todas as amarras espalhadas pelo caminho. Em toda a parte aparecem de ventas para o ar, a farejar buracos onde enfiar as trombas...(Cuidado com eles! *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 22, 01 de Maio de 1912.)

Eram muito frequentes, nos números do *A Guerra Social*, as denúncias à exploração capitalista. Os estímulos às greves se tornaram importantes meios de se lutar contra ela.

Outro aspecto que pode ser observado são os anúncios que estavam presentes nas edições dos impressos em questão. Esses diziam respeito a livros que estavam à venda, nas bibliotecas e nos Centros de Estudos Sociais. Em relação aos primeiros, muitas vezes era destinada a metade da última página para sua divulgação.

Gramsci (2006), ao fazer “apontamentos”⁴⁵ sobre o jornalismo, relata que somente o trabalho

The image shows a newspaper advertisement for books. The title is "LIVROS A VENDA" in large, bold letters. Below the title, there are several columns of text listing books. The books are organized into sections: "Em portuguez" and "Em hespanhol". Each entry includes the author's name, the title of the book, and the price. For example, under "Em portuguez", there are books by Enseno Marcel, Carlos Darwin, and others. Under "Em hespanhol", there are books by Maximo Gorki, Bicheno, and others. At the bottom right of the advertisement, there is a logo for "LEIAM" and the slogan "propaguem a 'Guerra Social'".

Fonte: *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 13, 17 de Fevereiro de 1912.

⁴⁵ Termo utilizado no vol. 2 dos Cadernos do Cárcere.

especializado é capaz de conceder ao “leitor comum” o hábito “científico”. Esse, portanto:

[...] deve ser ajudado a assimilar pelo menos o “sentido” deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Não basta fornecer-lhes conceitos já elaborados e fixados em sua expressão “definitiva; a concreticidade de tais conceitos, que reside no processo que levou àquela afirmação, escapa ao leitor comum: deve-se, por isso, oferecer-lhe toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, de modo bastante detalhado e não apenas por indicações⁴⁶ (GRAMSCI, 2006, p.202).

A consideração feita pelo mencionado teórico é de extrema relevância, em se tratando da imprensa anarquista. Nesta, além de recomendações para leitura, não só em termos de livros, mas até mesmo de folhetos, cuja temática era predominantemente relacionada à Sociologia, eram publicados textos, nos quais os autores trabalhavam conceitos, procurando aguçar a crítica dos leitores. Estes, aos poucos, iam se tornando mais ‘preparados’ para compreender o contexto no qual viviam e a agir sobre ele.

O ato de ler era visto pela classe dominante como grande ameaça, dado seu significativo caráter conscientizador (RAGO, 1985). Quanto mais leitores existissem entre os anarquistas, mais questionamentos e reações passariam a ser verificados, o que representava ainda mais trabalho e perigo para os ‘mensageiros’ do capital.

A veiculação de campanhas em favor de companheiros necessitados de ajuda, era rotineira no *A Guerra Social*. Com isso, a cooperação era estimulada⁴⁷ e ficava claro que várias atividades promovidas pelos libertários transcendiam fronteiras físicas.

⁴⁶ Esta citação surge quando Gramsci (2006) apresenta reflexões sobre tipos de revistas. No entanto, ela é bastante condizente com a situação dos componentes do movimento anarquista e o uso de seus jornais. Por isso, ela foi utilizada.

⁴⁷ A título de ilustração, é possível citar as notas: “Pró Miñana” (em favor de Demetrio Miñana, perseguido pelo governo espanhol – números 20 e 21).

2.3.1 O jornal como “intelectual orgânico”

Independentemente da finalidade pretendida com suas ações, os anarquistas contaram com o papel de intelectual desempenhado pelos periódicos, o qual é repleto de singularidades que necessitam ser evidenciadas e discutidas com cuidado. Para tanto, é imprescindível recorrer ao pensamento de Antonio Gramsci que se dedicou ao estudo pormenorizado de temáticas relativas à subjetividade, sendo a questão dos intelectuais uma das mais relevantes.

Gramsci relata que “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais” (GRAMSCI, 2006, p.15). Estes, por sua vez, têm a função precípua de fazer com que seus companheiros fiquem conscientes da relevância do papel que o grupo ao qual pertencem desempenha perante a sociedade.

A caracterização e a conseqüente diferenciação da atividade intelectual, de acordo com o referido autor, encerra em si o “erro metodológico” mais disseminado. Isto decorre do fato de que a procura por determinados parâmetros é feita em relação à essência da atividade e não à série de relações na qual ela está inserida. Desse modo, o caráter intelectual transcende a natureza manual ou cognitiva de um conjunto de ações. A sua determinação está intrinsecamente vinculada à maneira como se processam as relações sociais. Em decorrência disso:

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais [...] (GRAMSCI, 2006, p.18).

Com base nisso, é possível dizer que o movimento anarquista originou vários “intelectuais orgânicos”, todos comprometidos com a propagação e manutenção de seus princípios geradores⁴⁸.

⁴⁸ Gallo (2006) afirma que estes são teóricos e práticos. Os primeiros são: autonomia individual (A existência humana está atrelada ao grupo social. A ação deste está condicionada às ações de cada um de

A imagem ao lado sintetiza bem essa questão da ‘intelectualidade’. O ideal libertário é representado pelo gigante amarrado. Ao redor deste, fazendo um paralelo com o pensamento gramsciano, estão os intelectuais da burguesia que, lutando para conservar a hegemonia, puxam as amarras mantendo sob controle o ‘diferente’, questionador de suas crenças e atitudes. Este começa a se preparar para romper os grilhões da opressão. Pode-se compreender a preparação como representativa da ‘gestação’ do “intelectual orgânico” no âmago do movimento ácrata. O processo de ‘desenvolvimento’, neste caso, é desencadeado pela educação, a qual assume a função precípua de formar um novo grupo que, tendo como sustentáculos a conscientização e a crítica, passará a desempenhar trabalhos (manuais e intelectuais) em prol da revolução social.



Fonte: *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 2, 16 de Julho de 1911.

Dentro dessa perspectiva, é viável inferir que a criação dos jornais libertários foi efetivada por “intelectuais orgânicos” libertários. Neste primeiro momento, eles foram utilizados como poderoso mecanismo para a formação de novos “intelectuais”:

[...] os inúmeros jornais aparecidos por iniciativa dos intelectuais foram armas importantes, que levaram as idéias à discussão, criaram o hábito de leitura e prepararam o terreno para o surgimento da imprensa operária na virada do século, que com a participação dos operários imigrantes, em outra conjuntura, iriam produzir os primeiros frutos da luta social (FERREIRA, 1978, p.46).

seus integrantes), autogestão social (Gestão direta e participativa) e internacionalismo (Ideais transcendem fronteiras). Já os segundos: ação direta (Despertar a consciência, fazendo aflorar a necessidade da revolução), associações operárias (Coletivos baseados na solidariedade e na cooperação, livre de qualquer forma de hierarquia e autoridade, sendo geridos diretamente pelos operários) e greve geral (Estratégia principal de luta contra opressão. Serve também para preparar para o exercício da solidariedade e da ação direta).

No início do século XX, especialmente nas duas primeiras décadas, os diversos periódicos contribuíram para manter 'viva' e consolidar esse tipo de imprensa. Além disso, indícios mostram que passaram a assumir a funcionalidade de "intelectual orgânico", na medida em que, por si mesmos, ocuparam lugar de grande destaque no processo de disseminação das idéias libertárias e de formação de militantes /adeptos, reforçando, portanto, o movimento. Essa função fica bastante evidenciada nas matérias publicadas no *A Guerra Social*.

Foram várias as questões trabalhadas no jornal *A Guerra Social*. As abordagens estiveram sempre voltadas para a ação de um grupo instituído em um campo de luta, onde esta se tornou condição básica para a própria sobrevivência.

O periódico, enquanto "intelectual orgânico", passou a ser um importante educador, pois o desempenho de seu papel estava intimamente ligado à promoção de mudanças de hábitos/comportamentos, sendo estas "peças chave" do centro de todo processo educativo: a aprendizagem.

O papel educativo dos jornais, de grande importância para os anarquistas, foi exercitado de variados modos e em diferentes espaços. Em decorrência disso, suas peculiaridades merecem destaque, o que será feito no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

O PAPEL EDUCATIVO DA IMPRENSA ANARQUISTA

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*. (FREIRE, 2003, p.78).

3.1 O conceito de educação e perspectivas pedagógicas

Compreender o papel de educador desempenhado pelos periódicos anarquistas requer o entendimento do que é e como se processa o fenômeno educativo, na visão libertária e, conseqüentemente, dos aspectos pedagógicos envolvidos no mesmo.

Etimologicamente, educação provém do latim e está ligada a dois termos: *educare* e *educere*. O primeiro significa alimentar, criar, enquanto o segundo produzir, modificar. Apesar desses significados, pode-se afirmar que o conceito de educação está intimamente relacionado à questão ideológica. Em virtude disso, são atribuídos ao mesmo vários ‘contornos’ de acordo com as diferentes vertentes de pensamento existentes. A partir disso, ele pode assumir algumas conotações, como redentora, reprodutora ou transformadora.

Segundo a perspectiva de redenção, a educação é “uma instância quase que exterior à sociedade, pois, de fora dela, contribui para o seu ordenamento e equilíbrio permanentes” (LUCKESI, 1994, p. 38); através dela é possível acabar com todos os males e problemas que assolam a sociedade. Esta forma de entendê-la se faz presente nas concepções tradicional e escolanovista.

Na conotação reprodutora, como o próprio nome sugere, a educação reproduz a ordem social vigente e faz parte da mesma. Este pressuposto é observado na teoria chamada de “crítico-reprodutivista”, a qual apresenta como principal expoente Louis

Althusser. A finalidade do processo educativo, neste caso, é a formação enquanto padronização.

A última conotação mencionada leva a uma compreensão dialética, na qual a educação é vista como:

[...] mediação de um projeto social. Ou seja, por si, ela nem redime nem reproduz a sociedade, mas serve de meio, o lado de outros meios, para realizar um projeto de sociedade; projeto que pode ser conservador ou transformador. No caso, essa tendência não coloca a educação a serviço da conservação. Pretende demonstrar que é possível compreender a educação *dentro* da sociedade, com os seus determinantes e condicionantes, mas com a possibilidade de trabalhar pela sua democratização (LUCKESI, 1994, p.48).

O pensamento libertário se ‘insere’ no prisma acima. Sendo assim, pode-se dizer que a educação se volta para a prática, objetivando mudanças na ordem social.

No período estudado, em meio às atribuições políticas e econômicas apresentadas, a educação passou a ser vista como um grande problema. Carvalho (2007) aponta que:

[...] Com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares e fundamentais de leitura, escrita e cálculo tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade (CARVALHO, 2007, p. 33).

Disseminar o ensino, por intermédio de campanhas, representava estar coerente com a perspectiva da modernidade. A consequência disso foi a realização de várias reformas⁴⁹.

Nesse momento, começou a ficar mais evidente a circulação de várias correntes pedagógicas no cenário brasileiro, as quais estavam relacionadas a questões político-filosóficas mais amplas. De um lado, apesar de um pouco enfraquecida, se observava a pedagogia tradicional, cujo foco era o ensino propriamente dito e, portanto, a figura docente. Os alunos, neste caso, eram meros depósitos de conhecimentos e suas

⁴⁹ Entre 1900 a 1920, Carvalho (2007) ressalta a ocorrência das seguintes reformas, a saber: Código Epitácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Correia (1911) e a Lei Carlos Maximiliano (1915). Todas estas tinham ênfase nas instituições formais de ensino.

aspirações/ necessidades sempre colocadas em segundo plano. Os jesuítas foram um de seus maiores representantes. A reflexão de Bernard Charlot, citada a seguir, é bastante elucidativa:

Não é por sadismo que a escola tradicional exige silêncio e imobilidade, que faz colocar os alunos em filas e que concede tanta importância ao aprendizado das regras, inclusive ortográficas e gramaticais. É porque se apóia sobre uma pedagogia da disciplina, da antinatureza. É, mais profundamente ainda, porque considera a natureza da criança originalmente corrompida (CHARLOT apud ARANHA. In: ARANHA, 1996, p.157).

A presença da pedagogia nova⁵⁰, focada no aprendiz, também foi marcante. Na realidade, ela causou grande impacto e teve bastante ‘força’ no início do século XX. As grandes mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira nesse período implicaram na necessidade de formar indivíduos que as acompanhasse e tivessem capacidade de adaptação. A Escola Nova surgiu, então, como um ‘maneira’ para se alcançar esse objetivo. Ela simbolizou todo um “esforço de superação da pedagogia da essência pela pedagogia da existência” (ARANHA, 1996, p. 167) e foi “típica representante da pedagogia liberal” (ARANHA, 1996, p.168). O processo educativo tinha como ponto de partida as necessidades do educando, cabendo ao educador facilitar a aprendizagem. A metodologia consistia no “aprender fazendo”⁵¹, fundamentada no respeito aos ritmos dos indivíduos.

Dewey, um dos principais expoentes dessa concepção, dizia que:

Obtém-se interesse, exatamente, não se pensando e não se buscando conscientemente consegui-lo; mas, ao invés disto, promovendo as condições que o produzem. Se descobrirmos as necessidades e as forças vivas da criança, e se lhe pudermos dar um ambiente constituídos de materiais, aparelhos e recursos – físicos, sociais e intelectuais – pra dirigir a operação adequada daqueles impulsos e forças, não temos que pensar em interesse. Ele surgirá naturalmente. Porque então a mente se encontra com aquilo de que carece para vir a ser o que deve (DEWEY apud ARANHA. In: ARANHA, 1996, p. 167).

Se “materiais, aparelhos e recursos”, em especial os físicos se faziam necessários, como ficava a educação dos anarquistas, cuja maioria era representada por trabalhadores

⁵⁰ Relativa à Escola Nova.

⁵¹ Expressão cunhada por John Dewey (“learning by doing”).

colocados à margem da sociedade pelos capitalistas? A eles, por conseguinte, não restava nada senão a ignorância, bastante conveniente aos ‘poderosos’, principalmente devido ao grande quantitativo que formavam e por serem personagens centrais do processo produtivo.

3.2 A pedagogia libertária

Na Primeira República, a educação era muito elitista. Em decorrência disso:

[...] o tradicional modelo curricular era adequado à preparação para o ingresso nos cursos superiores e, então, para as classes dirigentes, a escola secundária era problema há muito tempo resolvido.

A matriz curricular, nesse sentido, privilegiou as humanidades, apesar de introduzir em alguns momentos disciplinas científicas com o objetivo de modernizar a formação da elite, reforçando o caráter enciclopédico e propedêutico do ensino.

[...] A escola e o currículo, aqui entendido como um conjunto de disciplinas a serem desenvolvidas no curso, foram pensados para atender à formação da elite no intuito de garantir a perpetuação de suas idéias e interesses (ZOTTI, 2004, p. 83).

Face ao exposto, a pedagogia libertária despontou com características próprias e passou a ganhar força, sendo contrária às outras duas vertentes educativas. Os seus pressupostos se constituíram como única forma de contestação (KASSICK, 2004) e estavam voltados para a emancipação humana, distante, conseqüentemente, dos mecanismos de doutrinação.

Para tanto, os anarquistas preconizam que a educação “tem de ser livre, plenamente livre” (RODRIGUES, 1988, p. 76), avessa, portanto, a qualquer manifestação ou prática de cunho autoritário. Esta característica é tão marcante que leva alguns autores a classificarem essa pedagogia como antiautoritária. Assim, de acordo com esse ideal:

Cada homem é filho da educação e da instrução que recebeu em criança. A educação do coração tornará bons os homens; a do cérebro iluminá-los á fazendo desaparecer as trevas da ignorância [...] Deste modo poderá desenvolver-se mais nos homens o sentimento da fraternidade e do amor que unirá todos os trabalhadores numa só família feliz e tranqüila, e o brutal egoísmo cederá o lugar à solidariedade para o bem estar comum (GORI, Pedro. O nosso ideal. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 2, 16 de Julho de 1911).

Constata-se, com a citação anterior, que o “educar” libertário relaciona-se com a formação integral dos indivíduos. O termo integral, neste sentido, faz alusão ao seu “desenvolvimento harmônico”⁵². Esta perspectiva transcende o discurso vazio do educar o ser humano como um todo e busca, na prática, ou seja, em todas as manifestações pedagógicas, correlacionar os aspectos metodológicos, a vida e as peculiaridades de cada ser humano. Com base nisso:

Los programas, así elaborados, podrán variar en el detalle, según el tiempo y los lugares; las condiciones, perfeccionándose con el progreso de la ciencia y de los costumbres intelectuales. Los trazos esenciales quedarán, ya que son la expresión misma de las necesidades lógicas y del carácter *integral* que los distingue: no deja más lugar que a las modificaciones de orden secundario (ROBIN, 1981, p.44-45).

O movimento libertário brasileiro, conforme mencionado anteriormente foi “influenciado pelas idéias pedagógicas que chegavam da Europa” (KASSICK, 2004, p.25), principalmente as referentes ao pensamento de Paul Robin e de Ferrer y Guardia⁵³. Estas eram frequentemente retratadas nos periódicos e revistas do referido movimento, como explicitado a seguir:

No aspecto propositivo os anarquistas no Brasil estudavam os autores libertários extraindo deles os principais conceitos educacionais, como o de “educação integral”, oriundo da concepção de Robin, e “ensino racionalista”, proveniente de Ferrer (Gallo & Moraes, 2005, pp.89-91), e os traduzia e divulgava na imprensa operária⁵⁴ (SAVIANI, 2007, p.182-183).



As cinco vítimas da burguesia espanhola, fuziladas em Montjuich em 1909.

Fonte: A Guerra Social. Rio de Janeiro, nº 7, 15 de Outubro de 1911.

⁵² Expressão utilizada por Robin no Manifesto aos Partidários da Educação Integral.

⁵³ Cabe mencionar que Ferrer se inspirou na obra de Paul Robin, eminente pedagogo libertário que fundou, na cidade de Paris, o orfanato de Cempuis e foi o elaborador do Manifesto aos Partidários da Educação Integral. Sendo assim, a proposta curricular desenvolvida na escola ‘ferreriana’ teve como base uma educação racional e integral.

⁵⁴ Grifo meu.

No fragmento a seguir, que faz menção ao assassinato de Ferrer, também ficam evidenciadas a importância e a repercussão de suas idéias no anarquismo brasileiro:

[...] Em pleno século XX, matava-se um homem pelo dilito de pensar em desacordo com os tiranos do povo trabalhador! Punia-se a ousadia de um homem que tivera a coragem, nesta época balda de caracteres integros, de afirmar, bem alto e positivamente, os seus ideaes de justiça e de igualdade, e que, convicto da regeneração humana, dedicara todos os esforços de sua grande atividade á educação da mocidade proletaria, de cujo cerebro hão de brotar os germens de uma futura sociedade onde não haja guarida para a ambição desregrada nem para a torpeza de sentimentos.

Espírito lucido e caracter honesto, Francisco Ferrer sentiu-se rebelado ante as mentiras que o cercavam e bem depressa compreendeu que o Estado e a Igreja eram instituições burguezas e conjuradas para, por meio do ensino, falseado em todos os sentidos, manter o povo na ignorancia e na miséria, tornando-o assim mais facil presa da exploração patronal e das tiranias governamentais.

Desta compreensão nasceu-lhe a força e a energia para lutar em prol da educação racional do povo e eis ahi o grande crime pelo qual fora punido [...].

[...]

Francisco Ferrer não foi uma vítima apenas do clero sanhudo e sanguinário afeito ás mais atrozes crueldades; matou-o as instituições burguezas que ele combatia instruindo os trabalhadores, procurando levantar-lhes o nível moral e intelectual, o que representava um serio perigo para a burguezia que vive da exploração do trabalho alheio.

[...]

Os tiranos matam os homens que pensam; não matam, porém, as idéas que de seus cerebros brotaram.

Ferrer morreu; a sua idéa ficou! (SANTOS, Polidoro. O crime de Montjuich. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 7, 15 de Outubro de 1911).

O cerne de toda crítica promovida pela pedagogia ácrata recai basicamente sobre “o exercício do poder nas relações que se produzem em todos os espaços de sociabilidade: na escola, na casa, no trabalho, nos lugares de lazer” (RAGO, 1985, p.147).

A educação reivindicada pelos anarquistas é um mecanismo de luta destinado a superar “as condições de exploração que sustentam essa sociedade⁵⁵, sendo uma delas a própria questão do saber” (GALLO, 1995, p.63). Assim, busca-se suplantar o ‘binômio’ saber-poder, levando as pessoas a gozarem da liberdade, seu bem mais precioso, ao mesmo tempo em que respeitem o mesmo direito alheio (GALLO, 1995).

⁵⁵ Refere-se à sociedade capitalista.

A liberdade, segundo a visão libertária, é uma das principais finalidades educacionais. Partindo desta premissa e do pensamento de Bakunin a respeito da autoridade⁵⁶, Gallo (1995), ressalta:

[...] Assim, a aplicação do princípio de autoridade nas crianças, mais do que justo, é absolutamente necessário e legítimo. Deixar as crianças à mercê de uma suposta liberdade natural é a mais pura irresponsabilidade pedagógica; longe de constituir-se numa educação libertária, seria essa uma educação libertina (GALLO, 1995, p. 69).

O ensino, segundo esta perspectiva, deve ser racionalista⁵⁷, avesso, por conseguinte, aos dogmatismos que cegam e aprisionam os homens. Dessa forma, está vinculado aos pressupostos científicos sem, no entanto, ficar somente atado a eles. Na verdade, a racionalidade, para os anarquistas, constitui um mecanismo de luta contra justificativas sobrenaturais e discursos fatalistas que contrariam a própria natureza humana, reforçam ainda mais as desigualdades e são provenientes de toda uma lógica opressora. Segundo Ferrer y Guardia:

La enseñanza racional y científica ha de persuadir a los futuros hombres e mujeres que no han de esperar nada de ningún ser privilegiado (ficticio o real); y que pueden esperar todo lo racional de si mismos y de la solidaridad libremente organizada y aceptada (GUARDIA, 1976, p. 104).

A racionalidade, bem como a liberdade são categorias igualmente ‘defendidas’ por outras vertentes de pensamento, como por exemplo a Escola Nova. No entanto, Martins⁵⁸ alerta para a maneira diferenciada como os libertários e os escolanovistas as concebiam.

⁵⁶ Para Bakunin, o “princípio da autoridade” vai diminuindo gradativamente, na medida em que o processo educativo avança e, por conseguinte, há a ascensão da liberdade. “Assim, o primeiro dia da vida escolar [...] deve ser o de maior autoridade e de uma ausência quase completa de liberdade; mas seu último dia deve ser o da abolição absoluta de todo vestígio animal ou divino da autoridade” (GALLO, 1995, p.69).

⁵⁷ O termo faz alusão à Pedagogia Racional de Ferrer y Guardia.

⁵⁸ Artigo disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br.

Acreditamos que nos pressupostos que embasam a pedagogia libertária anarquista aparece não somente a racionalidade que liberta, como também as duas vertentes do humanismo, aquela que preconizava o desenvolvimento pessoal e a que pressupunha que a erudição pode fornecer subsídios para enfrentar as mazelas sociais.

[...] De acordo com a Escola Nova, o uso da racionalidade era fundamental porque precisava-se: enfatizar o trabalho científico; buscar métodos que dessem conta de explicar a realidade educacional; compreender o desenvolvimento do psiquismo dos educandos e criar um ambiente propício à educação. A liberdade pautava-se na espontaneidade, na capacidade de criação e na observação das diferentes aptidões apresentadas pelas crianças e adolescentes. Priorizavam os métodos ativos.

[...]

Para a pedagogia libertária, a racionalidade e a liberdade são princípios fundamentais para promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e substituir o estado autoritário por um modo de cooperação entre indivíduos livres. Esses princípios poderiam conduzir uma luta permanente pelos direitos e deveres de uma sociedade igualitária e seriam a base de uma educação integral, que tem como meta a capacitação dos oprimidos (Cf. Guardia, s/d) (MARTINS. A educação libertária na Primeira República. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_015.html>. Acessado em: 14 de abril de 2009).

Pode-se dizer que racionalidade e laicização andaram juntas. Uma ajudou a outra a se efetivar. A gradual retirada dos tentáculos da igreja dos processos educativos, iniciada no século XVIII, ao mesmo tempo em que foi impulsionada pela racionalidade, fez com que esta fosse sendo implementada nas práticas educativas (MARTINS. A educação libertária na Primeira República. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_015.html>. Acessado em: 14 de abril de 2009).

O currículo é produto de toda uma dinâmica social e reflete a cultura produzida por determinado agrupamento humano (SILVA, 2000). Sendo assim, está permeado por concepções acerca da organização societária, bem como do processo educativo.

Na proposta curricular ácrata, não se estabelece divisão entre o “trabalho manual e intelectual, entres saberes do ofício e conhecimento científico” (KASSICK, 2004, p. 27). Dessa forma, é oferecida, aos educandos, uma ampla gama de conhecimentos, a qual irá contribuir para que eles formem suas próprias convicções acerca de sua realidade e, portanto, possam atuar conscientes na mesma.

A prática também é um aspecto valorizado pelo ideário pedagógico anarquista. É claro que não desvinculada de um escopo teórico, mas sim balizada pela conscientização

que ele proporciona. Desse modo, há toda uma preparação para o desempenho da ação direta.

Nesse contexto, segundo Robin (apud GALLO, 1995) a educação passa por duas fases denominadas de “período espontâneo” e “período dogmático”. A primeira destinando-se:

[...] à criança como ser isolado, busca trabalhá-la em sua individualidade, para favorecer o desenvolvimento de suas diversas faculdades físicas, intelectuais, etc. Essa primeira fase da educação deve ser espontânea, pois a criança tem uma curiosidade insaciável e enorme capacidade de assimilação de informações, porém, sem uma ordenação lógica racional (GALLO, 1995, p. 179).

Já no que tange à segunda:

[...] se continua por um lado a aquisição espontânea de conhecimentos, agora já com um ordenamento lógico-racional, inicia, por outro, a educação do ser coletivo, através de uma aprendizagem profissional politécnica que abre seus horizontes para o mundo do trabalho (GALLO, 1995, p.181).

Em ambas as fases mencionadas acima, a preocupação com o respeito aos interesses e às necessidades dos indivíduos se faz presente. É importante destacar que os afazeres pedagógicos libertários são desenvolvidos sempre considerando a coletividade e todo o potencial educativo que ela apresenta. Sendo assim, o educando deixa de ser um mero espectador no processo de aprendizagem e passa a gerir o mesmo, com responsabilidade e autonomia. A própria relação que o discente passa a estabelecer com o saber é outra. Dessa maneira, há a conjugação do coletivo com o individual. Este não fica esquecido, nem é negligenciado. Ao contrário, é trabalhando nele que se chega ao conjunto⁵⁹.

Na concepção ácrata, é desenvolvido todo um trabalho voltado para a conscientização da importância que o estudo representa na vida do indivíduo. Não há

⁵⁹ Faço referência ao coletivo.

preocupação com resultados. A ênfase do trabalho pedagógico recai sobre o processo, o qual é baseado na cooperação.

A questão metodológica também merece destaque, isto porque também foge ao tradicionalismo alienante. Em decorrência disso:

Os novos métodos de ensino propostos e implantados pela Escola Moderna, tendo por base o respeito à liberdade, à individualidade, à expressão da criança, reorganizam o fazer pedagógico imprimindo-lhe autêntica função revolucionária. Ao mesmo tempo que a educação anarquista buscava novos métodos pedagógicos condizentes com o projeto revolucionário, realizava a denúncia da escola enquanto instituição de reprodução dos interesses da Igreja e do Estado (KASSICK, 2004, p. 15-16).

A coeducação, tanto de gênero como de classes sociais, é outro princípio do ideário anarquista. Para este, essa é uma maneira de se reduzir as desigualdades, as quais impedem a organização de uma sociedade mais justa e igualitária.

A avaliação, na perspectiva libertária, vai de encontro às práticas comumente observadas, as quais reforçam a lógica, excludente e mercadológica, típicas do sistema capitalista. Nesse sentido, abominam-se os exames e seus desdobramentos. Esta situação é evidenciada no fragmento abaixo:

Los exámenes clásicos, aquellos que estamos habituados a ver a la terminación del año escolar y a los que nuestros padres tenían en gran predicamento, **no dan resultado alguno, y si lo producen es en el orden del mal**⁶⁰.

Estos actos, que se visten de solemnidades ridículas, parecen ser instituidos solamente para satisfacer el amor propio enfermizo de los padres, la supina vanidad y el interés egoísta de muchos maestros y para causar sendas torturas a los niños antes del examen, y después, las consiguientes enfermedades más o menos prematuras.

[...] En crudo, **somos adversarios impenitentes de los indicados exámenes.**

En el colegio todo tiene que ser efectuado em beneficio del estudiante. Todo acto que no consiga esse fin debe ser rechazado como antitético a la naturaleza de una positiva enseñanza. De los exámenes no saca nada bueno y recibe, por el contrario, gérmenes de mucho malo el alumno (GUARDIA, 1976, p.92-93).

Baseando-se nesses pressupostos, as manifestações pedagógicas ácratas se fizeram presentes, ao longo da História, em diversos momentos – especialmente no início

⁶⁰ Grifo meu.

do século XX – tanto na organização e condução de escolas, como na de outros espaços ‘informais’ de produção e socialização de saberes. Isto confere às experiências anarquistas várias peculiaridades e um caráter inovador, pois elas transcendem o ‘institucionalizado’⁶¹ e, por conseguinte, se constituem em possibilidades de mudanças reais.

O compromisso com esse processo educativo sempre esteve presente nos periódicos anarquistas ao longo do período em questão, sendo manifestado das mais variadas formas. Esse fato impulsionou sobremaneira o movimento libertário brasileiro na Primeira República.

É necessário ressaltar que as propagandas, presentes nos periódicos, foram, segundo Kassick (2004), as principais responsáveis por viabilizar as diferentes ‘manifestações não-formais’, mencionadas acima. Isto porque sendo a liberdade a essência do movimento socialista libertário, este atua justamente no sentido de sensibilizar, bem como de buscar convencer e não impor idéias.

Desse modo, na medida em que os jornais veiculavam os princípios norteadores do pensamento anarquista, estes não ficavam, por conseguinte, restritos a uma determinada localidade. Além disso, sua compreensão não se constituía como monopólio de certos privilegiados. As idéias, bem como os saberes, eram acessíveis a todos, sem distinções.

Os periódicos eram acessíveis tanto em termos de contato, como em virtude da linguagem que utilizavam. A simplicidade e a objetividade, características da forma de apresentação desses “intelectuais orgânicos”, contribuía, sobremaneira, para o cumprimento de sua função educativa.

Várias temáticas eram discutidas, em todas se percebia um viés educativo. A informação, por si só, era insuficiente. Ao mesmo tempo e, principalmente, era necessário ‘formar’, não no sentido negativo de pôr em uma forma, mas sim no de conscientizar. O próprio entendimento do conceito de educação e da pedagogia que o acompanha também era veiculado, conforme mostrado abaixo:

[...] a instrução é o caminho que nos conduzirá ao grande objetivo, que só Alcançaremos pela revolução. Mas esta precisa ser feita mais pela inteligência e

⁶¹ Faço referência às práticas educativas que atendem aos interesses dos grupos dominantes e que estão, de um modo geral, atreladas à instituição escola.

pelo coração que pelos cegos instintos, a menos que não queiramos perder a oportunidade de uma completa e deciziva vitoria.

[...]

O problema social está de tal modo subordinado ao da instrução das classes proletarias que sem ela, afinal, será impossivel a tarefa dos reformadores sociais.

E quereis a prova?

Escutais o que disse Francisco Ferrer, o Martir da liberdade [...]: << Para transformar a maneira de ser da humanidade, não compreendo que haja couza mais urjente do que o estabelecimento de uma educação, tal como a concebemos, que dando frutos facilitará o progresso e tornará a conquista de toda idéa generosa muito mais facil.[...]

[...]

Abrir escolas laicas, favorecer á instrução nacional e científica editar livros apropriados a esse fim, editar jornais e revistas, fundar grêmios, promover conferencias e palestras destinadas á instrução das classes obreiras.

Trabalhemos para isso, pois, companheiros, visto que a instrução só a verdadeira instrução nos libertará da tirania dos despotas, da prepotência dos maus, dos perversos, dos cains sociais, desses que se arvoram entre as multidões para os enganar com palavras que se não cumprem, levando-as para o abismo, para a miseria, a ruína! (PENTEADO, João. A instrução e o problema social. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 19, 3 de Abril de 1912).

As palavras de Penteado resumem a crença libertária de que a instrução é, na verdade, um mecanismo de conscientização e não de doutrinação. Mecanismo este que, dissociado de qualquer manifestação autoritária, está voltado para as questões sociais, buscando sempre melhorá-las. Desse modo, todos os envolvidos no processo educativo são protagonistas, não existindo, portanto, a figura do expectador.

3.3 O “formal” e o “não-formal” na educação anarquista

É indubitável que o fenômeno educativo, complexo e multifacetado, faz parte da vida humana em sua totalidade não se restringindo, portanto, a um único espaço e/ou modalidade. As discussões referentes a isto sempre geraram compreensões e posicionamentos equivocados, bem como a negação preconceituosa, parcial ou até mesmo total, de diversas manifestações e experiências educativas.

A educação formal, como o próprio nome sugere, relaciona-se a toda uma sistematização e estruturação. De acordo com Libâneo (2002), onde existe ensino, seja na escola ou não, se manifesta este tipo de educação. Desse modo, para ilustrar:

[...] são atividades educativas formais também a educação de adultos, a educação sindical, a educação profissional, desde que nelas estejam presentes a

intencionalidade, a sistematicidade e condições previamente preparadas, atributos que caracterizam um trabalho pedagógico-didático [...] (LIBÂNEO, 2002, p. 89).

O tipo de educação denominado de não-formal, por sua vez, apesar de também ser intencional, não é marcado por uma formalização do pedagógico. É fundamental ressaltar que a intencionalidade é o que difere as modalidades não-formal e informal⁶², quase sempre apresentadas como sinônimos. Desse modo, esta última:

[...] resulta do “clima” em que os indivíduos vivem, envolvendo tudo o que do ambiente e das relações socioculturais e políticas impregnam a vida individual e grupal. Tais fatores ou elementos informais da vida social afetam e influenciam a educação das pessoas de modo necessário e inevitável, porém não atuam deliberadamente, metodicamente, pois não há objetivos preestabelecidos conscientemente. Essas relações educativas são contraídas independentemente da consciência das finalidades que se pretendem. (LIBÂNEO, 2002, p.90).

Para Gohn (2008), o processo educativo não-formal abarca quatro “campos ou dimensões”, que ‘equivalem’ as suas áreas de abrangência. São eles:

[...] O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um Conselho de escola poderá desenvolver essa aprendizagem. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos⁶³. [...] O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Aqui, o ato de ensinar se realiza de forma mais espontânea, e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado bem como estabelecer as finalidades a que se destinam àquelas práticas (GOHN, 2008, p.98-99).

A primeira e a terceira “dimensões” levam a feitura de um ‘paralelo’ com os trabalhos promovidos pelas associações libertárias, cujo objetivo principal era o de

⁶² Segundo Gohn (2008), esta é decorrente “de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar” (GOHN, 2008, p. 100).

⁶³ A autora denomina este “campo” como educação para a civilidade e diz que ela está esquecida nos dias atuais.

despertar a consciência dos adeptos para a situação a que estavam expostos, possibilitando reações. A imprensa apoiou muito essas atividades. O comunicado feito pelo grupo libertário “os invencíveis”, transcrito a seguir, é um exemplo:

- Camaradas da << Guerra Social>>.

Acaba de surgir este Grupo Libertário, cuja atividade será exercida por todos os meios possíveis, pelo folheto, pelo jornal, pelas conferencias, pelas palestras, etc.

É a seguinte a constituição do G.L. << Os Invencíveis>>:

- 1.º - Auxiliar mensalmente a << Guerra Social>> com a quantia que se possa.
- 2.º - Adquirir folhetos e jornais libertarios e distribuil-os gratuitamente pelo povo.
- 3.º - Auxiliar os prezos por questões sociais sempre que se possa.
- 4.º - Auxiliar os movimentos de ação diréta realizados pelo operariado, como sejam as greves, etc. (A vida anarquista. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 18, 27 de Março de 1912).

A segunda e a quarta nos remete a existência de cursos, como exemplo, de datilografia, realizados em uma das escolas libertárias⁶⁴ fundadas no Brasil. Essa iniciativa também era divulgada pela imprensa, conforme o anúncio a seguir:

CURSO DE
DACTYLOGRAPHIA,
PORTUGUEZ,
ARITHMETICA.

Nas aulas especiaes destas materias se acham matriculados:

Mario da Silveira Andrade, Arthur Valery, Albertina Duvale, João Bonilha, Leopoldo Ruiz, Paschoal Larosa, d. Maria dos Santos, Angelo Fortini, João Sapiencia, Manoel Magalhães Cosme, Guerino Tadiello, Narciso Berretto, Euclides Tavares, d. Ignacia de Campos, Paulo de Andrade, Walmar Sampaio, Waldomiro Penteado.

As materias do programma constam de portuguez, arithmetica, geographia, historia, desenho, calligraphia, prestimos, etc. As aulas de desenho se acham a cargo da distincta professora d. Isabel Ramal, digna presidenta da Associação Artistica Feminina do Braz. As outras aulas são distribuidas entre o director do estabelecimento e sua auxiliar, d. Sebastiana Penteado.

Fonte: Boletim da Escola Moderna. São Paulo, nº 1, 13 de Outubro de 1918.

⁶⁴ Faço alusão à Escola Moderna nº 1 fundada em São Paulo. Os mencionados cursos, pelo que se pôde constatar, eram realizados no período noturno.

Outros cursos, como de línguas estrangeiras, também foram ofertados, dando aos operários acesso a conhecimentos, praticamente convencionados como sendo prerrogativas da classe dominante.

Offereceu-se-nos para leccionar inglez e francez nesta escola, o nosso intelligente camarada Cleto Trombette, que apezar de ser originario da Italia, possui boa pronuncia desses idiomas, visto ter residido durante annos em França e Inglaterra.

E, acceto o seu offercimento, annunciamos hoje a abertura das aulas de francez e inglez, que funcionarão tres vezes por semana, das 7 ás 9 horas da noite.

O methodo adoptado para o ensino dessas linguas será o mais pratico e intuitivo possivel, de modo a garantir o aproveitamento dos alumnos.

Fonte: Boletim da Escola Moderna. São Paulo, nº 1, 13 de Outubro de 1918.

As “dimensões”, retratadas anteriormente, são agrupadas por Gohn (2008), “para fins didáticos”, em dois tipos. Um deles é destinado à alfabetização/ transmissão de saberes de forma distinta das escolas⁶⁵ e o outro compreende a educação promovida no “processo de participação social, em ações coletivas não voltadas para o aprendizado de conteúdos da educação formal” (GOHN, 2008, p. 102). Ambos são ‘praticados’ pelos jornais libertários e foram detalhados no capítulo anterior. Apesar disso, cabe fazer algumas observações. A primeira delas diz respeito ao fato de que, nos dois tipos, as interações com o cotidiano e com as pessoas que o integram são fundamentais para a aprendizagem.

Nessa conjuntura, a oralidade⁶⁶ ganha destaque. No caso do movimento anarquista, os veículos de comunicação escrita servem como base. Era partindo de seus escritos que os coletivos protagonizavam o processo educativo.

Estudar a educação não-formal e suas implicações traz à tona discussões acerca de tempo e espaço. De acordo com Gohn (2008):

⁶⁵ A autora, ao mencionar este tipo, afirma que ele abrange a chamada (décadas de 70/80) educação popular.

⁶⁶ A comunicação oral é carregada de “todo o conjunto de representações e tradições orais” (GOHN, 2008).

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não-formal são múltiplos [...]. Entretanto, as categorias de espaço e tempo também têm novos elementos na educação não-formal porque usualmente o tempo da aprendizagem não é fixado *a priori* e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, no processo ensino-aprendizagem. Como existe a flexibilidade no estabelecimento dos conteúdos, segundo os objetivos do grupo, a forma de operacionalizar estes conteúdos também tem diferentes dimensões em termos de sua operacionalização. Assim, o espaço também é algo criado e recriado segundo os modos de ação previstos nos objetivos maiores que dão sentido ao fato de determinado grupo social estar se reunindo (GOHN, 2008, p.100-101).

A função educativa dos periódicos se fez notar nos variados espaços criados pelos libertários, como os Centros de Estudos Sociais e até mesmo as escolas.

Apesar de a escola ser um ambiente bastante propício e interessante para a atuação anarquista (GALLO, 2006), a educação não-formal, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, teve importância significativa. Neste contexto, os periódicos ocuparam lugar de destaque, contribuindo, inclusive para a manutenção do principal objetivo ácrata: transformação da ordem societária. Observa-se um bom exemplo disso no seguinte trecho extraído do jornal anarquista *A Guerra Social*:

A instrução, base em que se assenta a reforma social, deve-nos merecer mais sérios cuidados, porque sem ela todo esforço será inútil, todo trabalho será perdido, todo sacrifício inaproveitado [...] o edifício arquitetado em nossa imaginação precisa de alicerces firmes, muito firmes, lançados sobre rocha, para que não ceda aos embates das tempestades reacionárias [...] Mas, companheiros, sabeis em que devem ser lançados tais alicerces? – Na consciência humana. Sabeis de que alicerces vos falo? – Da instrução. [...] Pois bem: a instrução é o caminho que nos conduzirá ao grande objetivo, que só alcançaremos pela revolução. Mas esta precisa ser feita mais pela inteligência e pelo coração do que pelos cegos instintos. (PENTEADO, João. A instrução e o problema social. *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, nº 19, 3 de Abril de 1912).

No início do século XX, no Brasil, observa-se a criação de algumas escolas de inspiração libertária. Entre estas, estavam as Escolas Modernas (nº 1 e nº 2) criadas em São Paulo.

A Escola Moderna nº 1, inaugurada em 1912, teve como diretor João Pentead, “estudioso de Ferrer; era militante do movimento operário” (GHIRALDELLI, 1987, p. 133). Nela, vigorava a seguinte organização:

Eram oferecidos três cursos: primário, médio e adiantado, no período diurno (das 11h30m às 16:30) e noturno (das 19h às 21h). O curso primário compunha-se das seguintes matérias “rudimentos de Português, Aritmética, Caligrafia e Desenho”. O curso médio, de “Gramática, princípios de Ciências, Caligrafia e Desenho”. E o curso adiantado, de “Gramática, Aritmética, noções de Ciências Físicas e Naturais, História, Geometria, Caligrafia, Desenho, Datilografia”. O anúncio informava, ainda, que para as meninas era oferecido um curso de “trabalhos manuais: costura, bordado, etc. (Educação e Sociedade, 1986, p. 35-36).

Escola Moderna

FUNDADA EM 1912

Estabelecimento de Instrução
e Educação

AULAS DIURNAS E NOCTURNAS

Avenida Celso Garcia, 262
SÃO PAULO

CURSO DIURNO

Acham-se matriculados:

1.º anno A – Victor Minieri, Amelia Minieri, Horacio Marques, Attilio Pardini, Jayme Baptista, Emiliana Corrêa, Joaquim Jorge Morel, Luiz de Oliveira, Mulza Sampaio, João Ribeiro, José de Oliveira, Octavio Athayde, Alexandre Veronese, José de Souza, Josephina Bellomo.

1.º anno B – Lourenço Minieri, Gabriel Minieri, Annita Astolfi, Raphaela Cardinutti, Conrado Sargentini, Lazaro Figueira, José Pereira Marques, Gregorio Fernandes, Iwara Baronheim, Dario Cottine, Oswaldo Cottine, Alipio Monteiro

2.º anno – Ruy Sarzedas, Moacyr Sarzedas, Magdalena Lemos, Julieta Zanella, Oscar Cueli, Mario Faggion, Victor Minieri.

3.º anno A – Georgina Diniz, Remo Rik, Marino Maia, Amadeu Ribeiro, Benedicto Cas-trucci, Milton Sampaio, Cassiano Marrero.

3.º anno B – Jandyrá Sarzedas, Jorge Maia, José Alves, Agostinho Pinto Dias, Maria Candida, Antonio Boschetto, João Chiesa.

CURSO NOCTURNO

Francisco Galluci, Joaquim de Amorim, Antonio Poleske, José Desguardo, Sebastião Maria, Carlos Carletto, Manoel Rodrigues, Bruno Bertolacine, Manoel Alves, Manoel Sola, Americo Agueira, João da Silva, Durvilio Turci, Pedro Pery, José Pittorusso, Adeline Rodrigues.

CURSO DE DACTYLOGRAPHIA

João Sabongi, Thereza Desiderio, João Dutra, João Chiesa, Antonio Carneutto, João Sapiencia, d. Ernestina Nogueira, Alberico Azevedo.

Fonte: Boletim da Escola Moderna. São Paulo, nº 2, 18 de Março de 1919.

Na escola supracitada, foram elaborados e impressos os jornais: *O Início* e *Boletim da Escola Moderna*⁶⁷. O primeiro era produzido pelos próprios alunos e tinha como objetivo principal:

[...] dar publicidade aos trabalhos preparados pelos alunos [...] e fornecer informações gerais a respeito das atividades da Escola [...]. A folha era mantida com os recursos dos próprios alunos, com a ajuda de terceiros, e, naturalmente, com o incentivo da Escola [...] (Educação e Sociedade, 1986, p. 37).

O segundo, por sua vez:

[...] dedicava-se a artigos sobre Ensino Racionalista, relatórios e estatísticas internas da Escola Moderna, comemorações importantes ao Movimento Operário etc.

[...] constituía-se numa espécie de porta-voz da instituição. Procurava comemorar datas geralmente “esquecidas” pela sociedade, como o “18 de Março” – relativa a Comuna de Paris – ou então recuperar historicamente o verdadeiro sentido de

⁶⁷ Havia uma estreita relação entre essas publicações. Tanto que o primeiro número do *Boletim da Escola Moderna*, segundo uma de suas notas, substituiu a publicação do *O Início*, que deveria ter saído no mesmo dia. O motivo alegado foi o aumento de despesas que significava a edição de dois jornais.

certas datas, como o “1º de Maio” – relativo à morte dos trabalhadores de Chicago (GHIRALDELLI, 1987, p. 134).

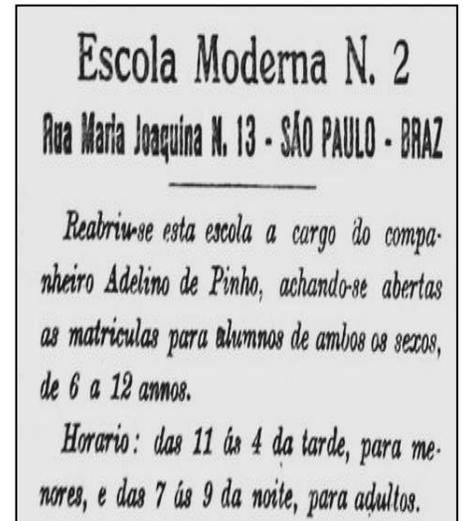
A Escola Moderna nº 2 apresentou toda uma estruturação do trabalho educativo semelhante ao da nº 1. Foi dirigida por Adelino de Pinho. O dia-a-dia vivenciado nas duas instituições de ensino era composto por atividades práticas e por passeios de cunho pedagógico (GHIRALDELLI, 1987).

Esses exemplos de experiências educacionais libertárias reforçam a importância da articulação do “não-formal” com o “formal” no desenvolvimento da prática pedagógica voltada para o “combate político”⁶⁸ e para a transformação.

Não se privilegiava um único tipo de educação e esta não era dirigida apenas para uma faixa etária. Havia preocupação com as crianças e com os adultos, o que de certa maneira também se constitui em uma espécie de diferencial, haja vista que as demais concepções pedagógicas, no período estudado, priorizavam de um modo geral a infância. Os anarquistas, ao contrário, sempre dispensaram bastante atenção aos mais velhos.

A pedagogia libertária representou, assim, a possibilidade de se superar o conhecimento dogmático defendido pela igreja, bem como o ensino ‘classista’ burguês, ambos presentes nas escolas da época que apoiavam e reforçavam o *status quo*, bem como tratavam os discentes como pessoas passivas frente à dinâmica de ensino-aprendizagem.

Em virtude do descaso e da falta de interesse do Estado para com a educação popular, constata-se que a mencionada pedagogia ocupou lugar de destaque no processo educativo dos trabalhadores nos anos iniciais do século passado.



Fonte: Boletim da Escola Moderna. São Paulo, nº 3 e 4, 01 de Maio de 1919.

⁶⁸ GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.

O papel educativo desempenhado pela imprensa anarquista, em especial pelos jornais, independente de formal ou não-formal, foi fundamental para a formação dos libertários. A coletividade e as vivências práticas foram decisivas nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e a efetiva implantação da atividade de imprensa, no Brasil, percorreram árduos caminhos. A explicação para esse fato está diretamente relacionada ao vínculo existente entre os impressos e os contextos sócio-econômico, bem como político.

O ‘terreno’ sobre o qual se assentou a República foi composto por interesses conflitantes, conforme demonstrado neste estudo. Nele, a crescente industrialização e urbanização levaram a um novo arranjo social, o qual foi bastante propício à formação de movimentos sociais, entre estes o anarquista, que lançou mão dos prelos como valiosos instrumentos de luta.

A imprensa brasileira sempre manteve estreitas relações com concepções ideológicas. Na verdade, foram estas que lhes conferiu denominação e as direcionou para o exercício político. Seria tolice acreditar na neutralidade da imprensa e, até mesmo em sua despretensão. É possível dizer que o que pode diferenciar, de um modo geral, as ações realizadas por grupos são a natureza de sua composição e os objetivos desejados.

O surgimento da classe operária brasileira teve como ‘desmembramento’ a formação do movimento ácrata, que não possuía ligações diretas com a “cultura nacional” tipicamente capitalista (HARDMAN,1984). A influência de tradições trazidas, da Europa, pelos imigrantes foi inevitável. Com o passar do tempo, foi se tornando necessária a constituição de uma nova cultura, bem no sentido atribuído por Gramsci, ou seja, uma cultura propulsora de atuações autônomas e críticas.

Desse modo, ficou evidente a relação entre imprensa libertária, educação e cultura. A primeira deflagrou processos educativos, os quais tinham em vista além do aprendizado de saberes, a constituição de uma cultura própria, representativa de um grupo que não poupou esforços para questionar e, portanto, tentar modificar a dinâmica societária pautada em sérias desigualdades. Para tanto, a promoção de todo um trabalho de conscientização foi decisiva. Este sempre foi desempenhado pelos jornais enquanto “intelectuais orgânicos”. Conscientizar, nesse sentido, transcendia a mera tomada de

conhecimento. Implicava também reflexão e análise da realidade e isto era consequência de uma relação dialética estabelecida entre teoria e prática.

Sendo assim, os mencionados “intelectuais orgânicos” ao expor analiticamente, de variadas maneiras, a complexidade de fatores/acontecimentos pertencentes ao cotidiano, colocaram o saber em benefício do movimento ácrata.

Se a chamada grande imprensa, apesar de apoiada pelos detentores do poder de cada período histórico, encontrou muitas dificuldades, não poderia ser diferente no caso da libertária. Em relação a esta foram encontrados ainda mais obstáculos, pois associadas às problemáticas inerentes aos anos iniciais da Primeira República, existiam várias perseguições.

As publicações libertárias foram duramente combatidas pelas representativas dos interesses capitalistas e a elas buscaram responder na mesma medida. Foi possível identificar que essas também foram utilizadas como instrumentos de defesa. Além disso, e principalmente, desempenharam um papel educativo de extrema relevância, pois contribuíram decisivamente para que os trabalhadores se percebessem na condição de oprimidos e explorados, bem como passassem a compreender, ainda que parcialmente, os motivos responsáveis por esta situação. Sendo assim, lhes proporcionavam condições para lutar contra os abusos e a covardia do sistema capitalista.

É interessante destacar que esses periódicos estabeleciam uma ‘ponte’ entre o ‘formal’ e o ‘informal’, entre os adultos e as crianças, entre o contexto social e a escola. Esta, conseqüentemente, deixava de ser o espaço privilegiado do saber e sim mais um ambiente no qual ocorriam trocas de informações e vivências.

A comunicação é um elemento essencial para a vida de qualquer indivíduo. Os jornais libertários se constituíram como poderosos mecanismos não só de comunicação escrita, a partir da veiculação de idéias impressas, mas também de comunicação oral. A sua utilização, por intermédio da oralidade, possibilitou a inúmeras pessoas tomarem contato com uma realidade desconhecida (‘mundo letrado’). Dessa maneira, elas tiveram a oportunidade de efetivamente aprender a ler e a compreender melhor suas próprias vidas. Esta compreensão não era estanque e tão pouco possibilitada apenas pela decodificação de letras/palavras, bem como de suas funções sociais. Era fruto de um processo contínuo e ininterrupto, iniciado pela alfabetização.

As associações libertárias realizavam constantemente reuniões, com o intuito de promover discussões sobre questões presentes no dia-a-dia de seus membros e, por conseguinte, de instigar a inquietação que dá dinamismo e sentido à vida.

A imprensa anarquista perpassou os âmbitos educativos “formal”, “não-formal” e até mesmo o “informal”, este na medida em que possibilitou aprendizados espontâneos, conscientes ou não, processados no cotidiano.

A lógica capitalista despolitiza a prática educativa e, ao reforçar a ocorrência de discursos fatalistas, busca justificar e naturalizar as arbitrariedades, fruto da ideologia dominante e suas respectivas consequências. Desse modo, é mantido o *status quo* e, por conseguinte, o processo educacional excludente.

A proposta educativa defendida pelos libertários representa uma forma de lutar contra o panorama descrito acima. Isto porque implica em uma prática que desafia a curiosidade e está voltada para a formação do indivíduo autônomo e livre. Sendo assim, se torna pertinente resgatar e aprofundar os ideais educacionais ácratas, os quais se tornam cada vez mais válidos na atualidade.

A perspectiva libertária está longe de ser a única proposta viável. Existem muitos e diferenciados caminhos. O importante, independente da concepção a ser adotada, é manter a coerência entre os discursos e as práticas. Para tanto, é preciso ter claro as intenções, bem como as pretensões acerca do processo educativo.

Apesar disso, certamente o pensamento educacional anarquista se constitui como uma proposição que aponta rumos para a realização de uma efetiva mudança, em prol de uma organização societária mais igualitária e justa. É principalmente por isso que ele é de um modo geral, relegado “a segundo plano” na História.

Os pressupostos anarquistas levam a mudanças tanto no que diz respeito à formação quanto à postura docente. Este, por sua vez, tem seu papel modificado: passa a ser membro do grupo e deve estimulá-lo no sentido de promover a autonomia e a criticidade. Para tanto, ele necessita se atualizar constantemente e refletir sobre sua prática.

As questões curriculares são permeadas por relações políticas e de poder, as quais, na maioria das vezes, não são nem mesmo percebidas pelos sujeitos envolvidos com o processo educativo. Sendo assim, não se pode compreender efetivamente o

significado de currículo sem entender como se processa as interações sociais e seus desdobramentos.

O currículo na perspectiva libertária representou, especialmente nas primeiras décadas do século XX, uma proposta um tanto ousada.

A ousadia refere-se não só à inovação que ele carrega consigo, mas também à coragem exigida para a implementação do mesmo. Isto porque tudo o que foge ao convencional e, principalmente requer uma ruptura com o mesmo, gera inquietudes e, em alguns casos, represálias de várias ordens. Além disso, implica em profundas mudanças não só no tocante ao sistema educacional, mas fundamentalmente na mentalidade daqueles que o conduz. Não se pode esquecer também que associar o “formal” com o “não-formal” acarreta repensar, entre outros aspectos, o modelo de escola e sua finalidade.

Trabalhar a imprensa como fonte e objeto foi um tanto desafiador e exigiu muita dedicação, bem como cuidado, a começar pela seleção dos documentos. Inicialmente, em meio a tantos jornais, foi difícil escolher um para analisar pormenorizadamente. Todos apresentavam semelhanças e seus conteúdos eram bastante interessantes e instigadores. No entanto, era necessário fazer essa escolha, especialmente para delimitar o escopo da pesquisa.

As edições do *A Guerra Social* apresentaram vários aspectos essenciais e característicos do pensamento libertário. Há, sem dúvida, semelhanças com outros jornais, porém pude perceber nelas a presença constante, direta ou indireta, de um veio educativo. Sendo assim, se constituíram em valiosas fontes para pesquisa acerca da relação entre imprensa e educação libertária.

A relação entre o pedagógico e a imprensa anarquista, especialmente entre os anos de 1900 e 1920, deixa clara a importância da tão negligenciada educação não-formal na divulgação do pensamento libertário no Brasil.

Refletir sobre a mencionada relação nos fez não só resgatar fatos e implicações relevantes para a pedagogia libertária daquela época e, por conseguinte, para o pensamento pedagógico brasileiro, mas também repensar o desenrolar do fenômeno educativo. Isto nos leva a constatação de que muitas vezes ficamos presos a determinadas práticas e, por conseguinte, cegos diante de outras possibilidades, tão ou

mais importantes para uma verdadeira e necessária mudança social. Talvez porque esta só pode ser alcançada se, em primeiro lugar, houver uma transformação interna em cada indivíduo, o que exige revisão de crenças e valores, o que é muito difícil, porque significa romper amarras há muito enraizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GUERRA SOCIAL. Rio de Janeiro, nº 1, 29 de Junho de 1911.
- A GUERRA SOCIAL. Rio de Janeiro, nº 2, 16 de Julho de 1911.
- A GUERRA SOCIAL. Rio de Janeiro, nº 3, 02 de Agosto de 1911.
- A GUERRA SOCIAL. Rio de Janeiro, nº 4, 20 de Agosto de 1911.
- A GUERRA SOCIAL. Rio de Janeiro, nº 5, 03 de Setembro de 1911.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 6, 27 de Setembro de 1911.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 7, 15 de Outubro de 1911.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 8, 05 de Novembro de 1911.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 09, 23 de Novembro de 1911.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 10, 18 de Janeiro de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 11, 03 de Fevereiro de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 12, 10 de Fevereiro de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 13, 17 de Fevereiro de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 14, 28 de Fevereiro de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 15, 06 de Março de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 16, 13 de Março de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 17, 20 de Março de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 18, 27 de Março de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 19, 03 de Abril de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 20, 10 de Abril de 1912.
- _____ . Rio de Janeiro, nº 21, 24 de Abril de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 22, 01 de Maio de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 23, 14 de Agosto de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 24, 21 de Agosto de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 25, 28 de Agosto de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 26, 04 de Setembro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 27, 14 de Setembro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 28, 21 de Setembro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 29, 28 de Setembro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 30, 05 de Outubro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 31, 12 de Outubro de 1912.

_____. Rio de Janeiro, nº 32, 26 de Outubro de 1912.

ALENCAR, Francisco; CAPRI, Lucia; RIBEIRO, Marcus V. *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA. São Paulo, nº 1, 13 de Outubro de 1918.

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA. São Paulo, nº 2, 18 de Março de 1919.

_____. São Paulo, nº 3 e 4, 01 de Maio de 1919.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa: As influências do Positivismo na Concepção de Educação do Professor Honorio Guimarães*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996.

FERREIRA, Maria Nazaré. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GALLO, Sívlio. Educação anarquista: um paradigma para hoje. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

GALLO, Sívlio. *Anarquismo: uma introdução filosófica e política*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2008.

GUARDIA, Francisco Ferrer. *La Escuela Moderna*. Madrid: Ediciones Jucar, 1976.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. v.2.

HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KASSICK, Clovis Nicanor; KASSICK, Neiva Beron. *A Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Angela Maria Souza. A educação libertária na Primeira República. Campinas: HISTEDBR: UNICAMP. Disponível em: <
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_015.html>.
Acessado em: 14 de abril de 2009.

MORAES, José Damiro de. Educação anarquista no Brasil da Primeira República. Campinas: HISTEDBR: UNICAMP. Disponível em: <
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html>.
Acessado em: 20 de julho de 2007.

MOREL, Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O DESPERTAR. Rio de Janeiro, nº 1, 02 de Novembro de 1898.

O DESPERTAR. Rio de Janeiro, nº 3, 03 de Dezembro de 1898.

_____. Rio de Janeiro, nº 4, 29 de Janeiro de 1899.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo. Campinas: NEPO: UNICAMP, 1985. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos_publicar/publicacoes%5Ctextos_nepo%5Ctextos_nepo_01.pdf>. Acessado em: 21 de junho de 2009.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez/Cedes, nº 24, 1986.

ROBIN, Paul. *Manifiesto a los partidarios de la educación integral: un antecedente de la escuela moderna*. Barcelona: Pequeña Biblioteca Calamvs Scriptorivs, 1981.

RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPÁRTACUS. Rio de Janeiro, nº 8, 20 de Setembro de 1919.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, v.I e II, 2002.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.